

ATA N.º 3/2014

Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e catorze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;**
- 2. ISENÇÃO, TRANSITÓRIA, DAS TAXAS ASSOCIADAS À OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO COM A INSTALAÇÃO DE RAMPAS FIXAS E PREVISTAS NO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS EM VIGOR NO CONCELHO DE CHAVES - Nº14, DO ART. 22º, DO ANEXO I DA TABELA DE TAXAS -. PROPOSTA N.º 38/GAP/2014;**
- 3. PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM -. CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS. BENEFICIÁRIO: ISABEL GRILO, UNIPESSOAL, LDA. INFORMAÇÃO Nº 04/GNE/2014 – PARA CONHECIMENTO;**
- 4. REDUÇÃO DO VALOR DAS TAXAS MUNICIPAIS ADMINISTRATIVAS DEVIDAS PELA INSTALAÇÃO DE QUIOSQUES NA CIDADE DE CHAVES; - ALTERAÇÃO AO ARTIGO 28-Aº, AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS. PROPOSTA N.º 46/GAPV/14;**
- 5. PROPOSTA DE ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS POR MOTIVO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CHAVES: - EM ESPAÇOS URBANOS E URBANIZÁVEIS DA CLASSE 1, CATEGORIAS 1.1 – CIDADE DE CHAVES E 1.2 – VILA DE VIDAGO (EXCETO ÁREA DO PPFL) - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO, DE 18.03.2014;**
- 6. PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2013. INFORMAÇÃO Nº 15/DGF/2014;**
- 7. PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO. 1º TRIMESTRE DE 2014. INFORMAÇÃO Nº 14/DGF/2014;**
- 8. PROPOSTA DE REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 51/GAP/2014;**
- 9. AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE EXECUÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS. PROPOSTA Nº. 52/GAP/2014;**
- 10. LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA**



CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2013. INFORMAÇÃO N.º 05/SC/2014;

11.FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM REGIME DE MERCADO LIVRE PARA PORTUGAL CONTINENTAL, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 259º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, CELEBRADO ENTRE A ENTIDADE DOS SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ENTIDADES FORNECEDORAS SELECIONADAS. INFORMAÇÃO DGF/2014;

12. MOÇÃO EM DEFESA DOS DOENTES ONCOLÓGICOS;

Feita a chamada verificaram-se as seguintes faltas:

João Luís Gonçalves Rodrigues

Ernesto Salgado Areias

Elísio da Silva Pereira

Mário José dos Anjos

Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:

Maria Manuela Tender

Ana Maria Rodrigues Coelho

Cláudia Patrícia Quitério Bento

Ana Maria Guedes Chaves Fernandes

Brigite Raquel Bazenga V.T. Gonçalves

Francisco António Pinto de Barros

Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues

Tiago José Mata Morais Caldas

Entrou-se no período “Antes da Ordem do Dia”

Usou da palavra **O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** que depois de cumprimentar os presentes disse:

“Os valores de Abril, sempre!

Abril é Paz, Igualdade, Fraternidade, Equidade, Responsabilidade, Solidariedade e, sobretudo, Liberdade.

O sonho de Abril em Chaves ainda não está cumprido. A equidade que se materializa com a coesão territorial só se garante com o cumprimento dos princípios constitucionais da Universalidade e da Igualdade. Chaves e o interior do país, não podem ser os principais sacrificados no altar da austeridade sofrendo pesadas penalizações nos direitos fundamentais de acesso à saúde, à educação e à justiça. Não queremos partilhar apenas os sacrifícios, queremos a solidariedade do litoral que ajudamos, com os nossos impostos, a prosperar e a crescer. Abril é evolução, é encontrar novas soluções para novos problemas, não é optar pela solução mais simples de privar os cidadãos do interior dos direitos mais elementares, condenando-os ao regresso a um tempo de privações e desigualdades de triste memória para todos.

Queremos ser Portugal. António Cabeleira”



FRANCISCO JOSÉ T. LOPES DA SILVA PRETO do MAI - cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“Em primeiro lugar, apresento os meus cumprimentos ao Senhor Presidente desta Assembleia e, através da sua pessoa, cumprimento também todos quantos aqui estão presentes.

Vou utilizar o tempo de que o Grupo do MAI dispõe neste período de antes da ordem do dia para me referir a algumas situações que consideramos preocupantes.

A primeira tem a ver com a declaração que nos chegou, assinada por cerca de 90 residentes da freguesia de Outeiro Seco, nesta altura entregue ao Sr. Presidente desta Assembleia, que nos foi trazida acompanhada também de vários testemunhos fotográficos, e da qual resultam factos que constituem um verdadeiro atentado ao meio ambiente, que se reportam à freguesia de Outeiro Seco e respeitam a esgotos provenientes dos Parques Empresariais a norte da A24 (no lugar de Vale Salgueiro) que, sem qualquer tratamento, estão a ser lançados nas linhas de água. Acresce que, atrás do Solar dos Montalvões e quase até à Escola de Enfermagem, é despejado lixo frequentemente. Às vezes é ateado fogo à lixeira vendo-se algumas pessoas forçadas a sair de casa devido ao fumo de borrachas, plásticos e todo o tipo de materiais a arder.

Torna-se necessário que a CMC, socorrendo-se inclusivamente da ajuda da respetiva Junta de Freguesia, averigue em concreto a situação e impeça que tais atos poluidores do meio ambiente se repitam, sendo certo que são passíveis, no mínimo, de processos de contra-ordenação.

Fica pois aqui dado o alerta para estas situações graves, para que, posteriormente, ninguém, nomeadamente os responsáveis autárquicos, venham invocar o seu desconhecimento.

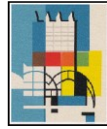
Poderá também essa matéria ser substancialmente importante para alimentar uma boa reportagem servindo o interesse público, pelo que, desde já, lançamos o repto às nossas televisões e imprensa locais, às quais iremos fornecer cópia da declaração atrás mencionada .

A segunda situação que pretendemos aqui evocar, tem a ver com as obras no Largo do Arrabalde. Há cerca de 10 anos que os Flavienses se deparam, em pleno centro da nossa cidade, com umas escavações e obras que há muito pretendem ver terminadas. O Senhor Presidente da CMC já disse publicamente que tais obras estariam concluídas até final do corrente ano.

A verdade é que, podemos constatar que aquelas obras estão já paradas desde o dia 8 ou 9 de abril, isto é, há quase um mês.

Ora, sabendo nós que a data do final das obras é uma situação que preocupa todos os Flavienses em geral e muito particularmente os moradores e comerciantes do local, pretendemos solicitar ao Senhor Presidente da CMC um esclarecimento sobre a razão de estarem inativas e, ainda, que nos informe se a data da sua conclusão se mantém até ao final do ano que decorre.

Finalmente, e porque é uma das situações que mais nos apoquentam, e penso que também aos habitantes do nosso concelho e dos concelhos limítrofes, não poderemos deixar de reportar o seguinte:



No passado dia 12 de março de 2014, reuniu extraordinariamente esta Assembleia para debater o tema da saúde no concelho de Chaves.

Após ali ter sido feito um apelo à união de todos os Flavienses e dos grupos representados na Assembleia Municipal, acabou por ser aprovada por unanimidade uma moção conjunta, da qual, além do mais, consta no seu ponto 4: *“Criar, no âmbito da Assembleia Municipal, uma Comissão que, em conjunto com a Câmara Municipal, possa ser recebida pelo Senhor Ministro da Saúde, pelo Conselho Diretivo da ARS-Norte, pelo Conselho de Administração do CHTMAD e pelo Diretor Executivo do ACES do Alto Tâmega”*.

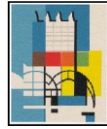
Verdade seja dita que foi com algum esforço que o Grupo do Movimento Independente votou favoravelmente a moção, dado que o defendido no ponto 3 desta, (criação da Unidade Local de Saúde) não merece a aprovação imediata do MAI, defendendo este movimento a continuação da integração no Centro Hospitalar de Trás os Montes e Alto Douro da Unidade Hospitalar de Chaves, contudo, restituindo-lhe e até melhorando a dignidade que tinha há uns anos (maternidade, valências, urgência e consultas externas), resultando apenas para os nossos utentes que, em alguns casos de extrema gravidade, de certos e determinados exames específicos e de tratamento oncológico, em vez de serem enviados para o Porto (tal como acontecia anteriormente), fossem enviados para a Unidade Hospitalar de Vila Real (devendo esta ser equiparada aos melhores hospitais do Centro Hospitalar do Porto); porém, no intuito de sair uma posição de força da Assembleia Municipal em relação ao melhoramento da Unidade Hospitalar de Chaves, acharam os independentes que seria bom para o nosso concelho apresentar ao Senhor Ministro da Saúde uma moção aprovada por unanimidade que demonstrasse união das nossas gentes que tão ignoradas têm sido.

A Comissão acima mencionada foi criada e a proposta assinada por cada um dos membros que a integram (os senhores Francisco Oliveira, Nuno Vaz, Francisco Preto, Manuel Cunha e Zélia Valoura, cada um deles representando, respetivamente, o PSD, o PS, o MAI, a CDU e o CDS).

No dia 27 de março, pelas 17:45 h, por representarmos o MAI na dita Comissão, fomos contactados, a pedido do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, no sentido de indagar da nossa disponibilidade para estarmos presentes numa reunião, nesse mesmo dia pelas 21:30 h, tendo em consideração que o Senhor Ministro da Saúde iria estar em Vila Real no dia seguinte (28 de Março) e apenas pretendia receber o Senhor Presidente da Câmara e mais duas pessoas.

Nessa reunião noturna, onde todos os membros da Comissão estiveram presentes, há exceção do representante do Grupo do PS que comunicou não ter possibilidade de comparecer, foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara que, uma vez que o Sr. Ministro, no dia seguinte, apenas o poderia receber a ele e mais duas pessoas, estas teriam que ser as dos partidos mais votados no concelho, isto é, o PSD e o PS.

Ora, atendendo à moção que tinha sido aprovada e especialmente ao seu ponto 4 a que já aludimos tentamos, desde logo, averiguar a razão do Sr. Ministro apenas receber o PSD e o PS (conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara, também militante do PSD), e verificámos com espanto que não tinha sido dada qualquer



justificação para apenas serem recebidas 2 pessoas, em vez das 5 que integram a Comissão.

Apesar da nossa dedicação à política ativa ser recente, a verdade é que, de imediato, concluímos que uma decisão de receber apenas 2 pessoas numa Comissão de 5, sem qualquer explicação, é tudo menos uma deliberação inocente. Na interpretação mais linear, e pondo mesmo completamente de parte quaisquer teorias da conspiração (que como se sabe existem), o Sr. Ministro pretendeu logo calar 3 vozes, porventura, algumas das mais incómodas.

Assim, propusemos de imediato que, tendo em atenção a moção aprovada, e que o Sr. Ministro da Saúde, sem explicação nenhuma, apenas queria receber uma parte dos elementos da Comissão criada na Assembleia Municipal, originando a divisão da unanimidade que dali tinha saído, nenhum elemento daquela Comissão deveria comparecer na reunião e dever-se-ia começar a pensar em novas formas de reivindicação dos nossos interesses.

Todavia, esse nosso entendimento não foi acolhido, prestando-se os elementos dos Grupos do PSD e PS a acompanharem o Sr. Presidente da Câmara no encontro com o Sr. Ministro da Saúde que, ao que sei, não resultou em nada nem coisa nenhuma.

Na passada quinta-feira, dia 24 de abril, foi-nos comunicado, quer a nós quer aos restantes membros que integram a Comissão, pelo Sr. Presidente da CMC, que estava agendada para o próximo dia 5 de maio uma reunião com o Conselho Diretivo da ARS Norte, mas que não sabia quantas e quais pessoas das que integram a Comissão iriam ser recebidas.

Ora, face à moção que foi aprovada por unanimidade nesta assembleia e à Comissão nomeada, não mais pactuaremos com discriminações do género das que acima referimos, relativa à reunião com o Sr. Ministro da Saúde, sendo certo que o Movimento Independente está cansado de ver o poder (diga-se, do qual, têm resultado péssimos governos) repartido sempre pelos mesmos, isto é, PSD... PS... e vice-versa.

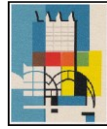
A força numa equipa resulta da sua união. Quando nesta Assembleia foi nomeada uma Comissão integrando membros de todos os Grupos aqui representados, foi com a intenção de demonstrar a coesão que não toleraremos que os nossos interlocutores, aos quais são solicitadas reuniões, venham quebrar.

Assim, afirmamos perante esta Assembleia que, se para alguma das tardias reuniões que ainda estão pendentes de realização, for preterido qualquer dos elementos que fazem parte da Comissão, quer seja do MAI, quer seja dum partido político, de imediato a abandonaremos e deixaremos de lado quaisquer conversações. Passaremos, sim, a ponderar outras formas de luta que nos pareçam mais sérias e produtivas e que, no tempo oportuno, transmitiremos aos Flavienses”.

MARIA ZÉLIA VALOURA do CDS/PP – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“No dia 25 de Abril último assinalou-se em Portugal um fato histórico que representa uma mudança na forma de representatividade e participação democrática dos portugueses na vida política.

Olhando retrospectivamente a sociedade portuguesa na época, apesar dos condicionantes sócio político e culturais, aparece esta, na sua generalidade como



bastante interventiva e mesmo politizada sendo, entre outros os jovens um dos rostos mais emblemáticos do período de transição para a democracia em Portugal.

No entanto, nos alvares de um novo milénio e vivendo nós na denominada sociedade do conhecimento e da informação muito se fala da falta de participação dos portugueses sendo a abstenção eleitoral um dos mais fortes indicadores de tal situação.

Apesar de haver estudos que mencionam a falta de interesse da população em geral e dos jovens em particular pela política, a intervenção política não se esgota na forma convencional como normalmente a concebemos, havendo uma relação direta entre política, cidadania e os pilares da educação do século XXI, aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a conviver e aprender a fazer “e a fazer parte”, sendo que todos estamos implicados na construção e robustez desses pilares que requerem um investimento constante ao longo da vida, na formação das gerações futuras.

É do conhecimento geral que os denominados aprendentes do século XXI que vivem e nasceram na era das tecnologias de informação e comunicação, tem grande capacidade interventiva, nomeadamente através das redes sociais, tendo sido estas, meios para depor alguns regimes com deficits democráticos no mundo.

Todavia e de acordo com as vicissitudes das sociedades contemporâneas cada vez mais globais, verifica-se não raras vezes que os jovens (e não só), têm mais afinidades com pessoas e acontecimentos no outro lado do mundo do que com aquilo que se passa na sua rua, no seu bairro ou com o seu vizinho. Contribuir para uma participação ativa e atenta na vida da comunidade onde nos inserimos e chamar os jovens a participar é uma responsabilidade de todos, atendendo ao papel educativo da sociedade em geral, além dos lugares tradicionais de educação e instrução.

Tendo isso em conta, gostaria de perguntar se seria possível à edilidade flaviense, (à semelhança do que acontece noutros municípios e até mesmo com a iniciativa da Assembleia da República Parlamento dos Jovens), a Câmara Municipal em parceria com outras instituições, nomeadamente de ensino, desenvolver a ideia de “Assembleia Municipal Jovem”, como um passo importante para envolver os jovens nos procedimentos do poder local e para que estes se sintam parte nos assuntos que lhe dizem de forma mais direta ou indireta respeito, chamando os jovens para uma cultura participativa promovendo uma educação para a cidadania que ultrapasse os muros da escola, dando-lhe um sentido prático onde mais do que nunca faz sentido a premissa do “agir local e pensar global”.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – cumprimentou os presentes e disse lamentar que os quarenta anos do “25 de Abril” não tenham sido assinalados, no nosso concelho, com a dignidade que a efemeridade exigia.

Esta Assembleia Municipal poderia ter sido realizada nesse dia, permitindo que os representantes dos vários partidos pudessem intervir, à semelhança do que fez hoje, aqui, o Senhor Presidente da Câmara. Poderiam ter sido programadas iniciativas a assinalar este evento de modo a que a data pudesse ficar mais interiorizada no espírito das nossas crianças e dos nossos jovens.

Na Assembleia Municipal de fevereiro ficou o compromisso de que através da Mesa nos fosse remetido o relatório relativo à execução do Plano Estratégico “Chaves 2015” com o diagnóstico da empresa consultora que está a colaborar nesse Plano,



mas até hoje não nos foi entregue. Aguardamos que nos chegue para que possamos dar os contributos que queremos dar.

Quanto à questão da saúde era importante que o espírito de unanimidade que foi gerado e que foi quebrado por imposição do Gabinete do Senhor Ministro da Saúde, que limitou a dois elementos a presença numa reunião com ele realizada, pudesse não voltar a ser repetido; que de futuro todos os representantes da Comissão possam estar presentes. Seria importante que esta questão da saúde não servisse para discussão política/partidária e para alimentar política nos jornais a dar informações erradas que não correspondem ao que efetivamente é dito nas reuniões. Era importante que as obras a decorrer na zona do Tabolado fossem concluídas.

JOSÉ PIMENTEL SARMENTO do PSD – cumprimentou os presentes e disse que as comemorações do “25 de Abril” deveriam ter sido feitas de uma forma mais efusiva.

É a evocação da entrada de Portugal na democracia que nos trouxe liberdade, confiança e desenvolveu a nossa sociedade. O “25 de Abril” foi uma data que marcou a sociedade portuguesa e libertou as nossas províncias ultramarinas. Temos de agradecer a todos os que participaram na revolução, de forma especial aos capitães de Abril: o Senhores General António Spínola, General Costa Gomes, Pinheiro de Azevedo, Dr. Sá Carneiro, Dr. Mário Soares, Jaime Neves, e Ramalho Eanes. Temos de agradecer aos líderes dos Partidos, mesmo àqueles que defendiam sistemas de sociedades rejeitados pelo voto do povo, mas que respeitamos. Lembro ainda figuras distritais, nomeadamente os Senhor Dr. Júlio Montalvão Machado e Dr. Amândio de Azevedo, sem esquecer alguns líderes locais, como o Senhor Dr. Fillol Guimarães, o Dr. Roque, o Dr. Brasão Antunes, o Senhor António Almeida, o Senhor Professor Anselmo Martins, o Senhor Eng.º Alcino Rodrigues, o Senhor Eng.º António Branco Teixeira, o Senhor Eng.º Manuel Branco Teixeira, O Senhor Ramiro Amorim, o Senhor Teodoro Freitas, o Senhor Antero Rodrigues, o Senhor Professor Fausto, o Senhor Manuel Maria de Queirós Ribeiro, o Senhor Jorge Roxo, o Senhor Cadete, o Senhor Adelino, o Senhor Madureira, O Senhor Dr. Verdelho, a Dra. Marília Matos, o Senhor Dr. Cunha e muitos outros, alguns dos quais, infelizmente, já partiram.

Entretanto foram esquecidas diferenças e hoje estamos aqui a comemorar uma data, integrados numa sociedade mais participativa, mais tolerante e mais desenvolvida, num País democrático.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – cumprimentou os presentes e disse que a CDU se associa às comemorações dos 40 anos do “25 de Abril” e dos 40 anos do “1º de Maio” em liberdade, em que se comemora a festa do direito ao trabalho e do trabalho com direitos.

O Partido Comunista, como único partido organizado, muito antes do “25 de Abril”, combateu o regime totalitário – uma ditadura fascista que nos conduziu a uma guerra colonial, e nos obrigou a chegar a 1974 com um atraso que era único na Europa. Felizmente que o “25 de Abril”, com todas as forças partidárias e sindicatos, permitiu construir uma sociedade que desenvolveu um trabalho espantoso, nomeadamente nas áreas do ensino e da saúde; não deve haver muitos países no mundo que fizeram as conquistas que Portugal fez nas áreas da saúde.

Há dez anos atrás a Câmara PSD desafiou os partidos para iniciativas e comemorações conjuntas, onde eu estive e onde houve uma evocação a Zeca



Afonso, que é um dos símbolos do “25 de Abril” e lamento que essas iniciativas não tenham tido seguimento. Talvez no futuro possamos voltar a fazê-lo, celebrando as vantagens, as conquistas obtidas. Algumas dessas vantagens e conquistas só chegaram às populações muito mais tarde; o Hospital de Chaves foi inaugurado em 1983, o Pólo da UTAD também chegou muito depois. Infelizmente nos últimos anos temos vindo a perder o que conquistámos.

A Assembleia Extraordinária sobre a Saúde no concelho e Chaves permitiu que cada um dissesse o que entendia, resultando nalguns pontos essenciais: A Resolução da Assembleia da República para a implementação de uma Unidade Local de Saúde em Chaves, aprovada há já três anos, mas sem execução. Dessa Assembleia Extraordinária apenas resultou a aprovação de uma Moção que foi enviada às várias entidades. Essa Moção refere uma “Convenção” dos autarcas do Alto Tâmega na defesa do Serviço Nacional de Saúde, universal e tendencialmente gratuito, na região, a realizar em Vila Pouca de Aguiar, que é uma região que nem drena para este Hospital. A iniciativa que se está a desenvolver tem aspetos positivos mas, em minha opinião, em vez de “Jornadas Autárquicas”, poderia ser um Congresso de Autarcas para a defesa do Serviço Nacional de Saúde e das funções sociais do estado, único no país. Deveria ser o mais alargado possível e realizar-se em Chaves, porque é o concelho mais afetado pela desqualificação do nosso Hospital. Se assim não for estamos a anular a principal conclusão da Assembleia Extraordinária sobre a saúde.

ANTÓNIO PIRES ALMEIDA do PS – cumprimentou os presentes e em seguida referiu-se às obras que estão a decorrer no Balneário das Termas de Chaves.

Ao longo dos últimos cinquenta anos foram feitos muitos investimentos, pelos vários executivos, que passaram pelo município de Chaves. É o caso de 1972 em que se concluiu a construção do Balneário e foi inaugurado; 1996 foi o ano da ampliação, remodelação e requalificação da nova ala onde foram implementados equipamentos tecnologicamente mais modernos e mais adequados àquela unidade. Era o que na altura existia de melhor no mercado europeu e ficou considerado como uma das melhores unidades termais do país. Passou a ocupar o segundo lugar no ranking nacional das estâncias termais; em 2005 houve nova requalificação, com um investimento superior a cinco milhões de euros, esperando-se que resultasse uma maior atratividade com impacto positivo no tecido empresarial do nosso concelho. Lamentavelmente nada disso aconteceu e os números dizem que tem havido uma despromoção do nosso Balneária Termal; perante os dados de 2012, a Estância Termal de Chaves passou a ser a 5ª no ranking nacional. Os dados relativos a 2013 foram conhecidos muito recentemente e verifica-se que houve uma perda de importância significativa. Toda a política seguida de investimento e de melhoria das instalações foi importante, mas será importante apostar no marketing, de maneira a que a procura aumente.

Em 1989 houve 5.365 inscrições no Balneário de Chaves; dez anos depois passaram para 6.522; doze anos depois – 2013 – esse número baixou para 4.669. Em 1999 as 6.522 inscrições referiam-se ao termalismo clássico que inclui a inscrição, a consulta médica e uma estadia de 15 dias; nas 4.669 de 2013 já estão incluídos os utentes com a componente do turismo e bem-estar que tem uma permanência muito reduzida



na cidade, o que trás, naturalmente, prejuízos para o comércio, para a hotelaria e para a restauração. Temos de inverter este ciclo de perda tendo em conta as obras que decorrem neste momento, num total de cerca de quatro milhões de euros, para um número de aquistas que vem reduzindo.

Gostava de saber o que está subjacente a este investimento e qual é a estratégia a seguir no futuro. Deveria haver um projeto para minimizar os prejuízos tanto mais que em paralelo se está a construir um novo Balneário em Vidago. O Termalismo no nosso Concelho é fundamental para o seu desenvolvimento e é um projeto no qual todos teremos de apostar

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA MADALENA, Luis Dias de Carvalho – cumprimentou os presentes e em seguida propôs um minuto de silêncio em homenagem a um cidadão flaviense recentemente desaparecido.

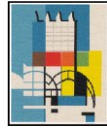
“Gualberto de Deus Teixeira, mais conhecido por Alberto, foi comerciante na Rua Direita em Chaves, durante longas décadas. Mas foi muito mais do que isso. Foi um humanista, foi um benemérito; que o diga a Casa de Santa Marta e o Centro Paroquial de Santa Maria Maior, entre outros. Ocupou cargos de cidadania na Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, foi Presidente da Assembleia de Freguesia da Madalena, foi Secretário da Junta de Freguesia da Madalena, comigo na Presidência e muito colaborou em prol da defesa das populações da freguesia. Foi, sem dúvida, um homem que se empenhou generosamente, qual «João Semana», sem pedir nada em troca.

Esta Assembleia Municipal, que representa o Concelho tem o dever de reconhecer cidadãos como o Senhor Adalberto de Deus Teixeira e entendo que lhe devemos um minuto de silêncio. Deixo aqui a proposta”.

A Assembleia autorizou a entrada da Proposta. Foi guardado um minuto de silêncio em memória do Senhor Adalberto de Deus Teixeira.

JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES do PS – cumprimentou os presentes e em seguida referiu-se à concessão de direito de superfície para construção de uma unidade agro-industrial de produção de cogumelos e pequenos frutos no prédio urbano sito em Vale de Salgueiro e Campo Queimado, na Freguesia de Outeiro Seco. “Todos se devem recordar da discussão que este assunto gerou no final do mandato anterior em duas sessões da Assembleia Municipal e das interrogações e reservas que o Partido Socialista suscitou, nessa data, em relação a este projeto.

Há data, a empresa G.F.W. SA comprometia-se, perante o município, a promover o desenvolvimento da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, mediante a reanimação da agricultura, prestando apoio a 40 jovens empresários, na produção de cogumelos e de outros produtos hortícolas frescos e de pequenos frutos, prometendo a criação de 150 novos postos de trabalho, com recurso à comparticipação de fundos comunitários, através do Programa de Desenvolvimento Rural ou de outro Programa de apoio semelhante. Esse objetivo seria concretizado mediante a construção de uma área frigorífica para a recolha da produção obtida, procedendo a empresa à construção de 40 unidades de produção, bem como à construção de centro logístico, responsável pelo apoio técnico à gestão das unidades associadas, pelo apoio técnico especializado a todos os equipamentos, pela disponibilização de equipamentos de



uso comum a todas as unidades de produção, garantindo as condições e o escoamento da produção bem como as certificações exigidas pelo mercado.

Segundo o Plano Estratégico apresentado pela Empresa o plano de negócios contaria com o apoio da Caixa de Crédito Agrícola Comum do Douro, Corgo e Tâmega - delegação de Chaves.

Para a concretização de tal projeto necessitava de uma área aproximada de cinquenta mil metros quadrados, tendo solicitado que lhe fosse disponibilizado, mediante a constituição de direito de superfície, um terreno com tais características na nova zona industrial de Outeiro Seco, com ligações rodoviárias privilegiadas com Espanha e o norte da Europa, através da A24, fator esse que contribuiria decisivamente para facilitar a exportação.

Na proposta inicial o Executivo solicitou à Assembleia Municipal a aprovação do direito de superfície, de uma parcela com aproximadamente cem mil metros quadrados para ajuste direto à Empresa G.F.W – Growing Fresh World, SA, a título gratuito, pelo prazo de cinquenta anos, tendo posteriormente, face à oposição gerada, sido reduzida para trinta anos.

Há aproximadamente um ano que este direito de superfície mereceu a aprovação desta Assembleia Municipal e pedimos ao Senhor Presidente da Câmara que faça um balanço do projeto e da sua efetiva implementação no terreno. Qual o seu grau de execução e o que é que já foi construído, quantos jovens apoia e quantos postos de trabalho foram já criados.”

ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“Na passada sexta-feira, dia 25 de abril, comemorou-se o 40º aniversário da Revolução dos Cravos. Os homens e mulheres do PPD/PSD não podiam deixar passar esta data sem que, de forma inequívoca, dissessem, aqui, que os ideais de abril são também os seus ideais. A luta pela democracia, pela liberdade, pela independência, pelo crescimento e desenvolvimento, pela igualdade, pela paz e pelo emprego, foram e continuarão a ser lemas de vida e de anseios na sua concretização plena. Através do poder local e do poder central o PPD/PSD foi sempre, e continuará a ser, um propulsor de uma dinâmica geradora de melhoria na satisfação e bem-estar dos portugueses.

Nesta data, tão marcante, da nossa história recente, queremos deixar uma palavra de sentido respeito por todos aqueles que partiram e nos deixaram a sua marca pessoal e coletiva em favor da nossa sociedade.

Também, para aqueles que contribuíram na sua construção e consolidação e ainda têm o privilégio de partilhar connosco a festa dos 40 anos da revolução um bem hajam pelo seu altruísmo e patriotismo em favor do bem comum.

Meus senhores e minhas senhoras:

O 25 de abril de 1974 foi um marco histórico e decisivo na vida de Portugal. Nessa data, era eu um jovem estudante, nesta cidade e, vivi como muitos os dias frenéticos da pós-revolução. Sei como muitos que aqui estão o que era viver antes e o que foi viver depois dessa data. Nada foi, durante estes 40 anos, e nada será, como dantes. O país e as pessoas mudaram muito. Era a noite, é o dia.



O 25 de abril fez nascer e crescer a esperança... porque deu voz ao povo e o direito a decidir, deu o serviço nacional de saúde, deu a igualdade à mulher para se realizar como pessoa, deu um salário mínimo ou pensão mínima para se viver com dignidade, aumentou a escolaridade obrigatória para haver oportunidades para todos e acabou com a exploração infantil.

O 25 de abril abriu horizontes, desmistificou preconceitos, suscitou paixões, alimentou polémicas, criou embaraços e desfez corações. O 25 de abril foi música, foi alegria, foi folia...

Quem não se lembra das incontáveis manifestações populares que se viviam em todo o país, dos comícios... o nosso Largo do Arrabalde não registou alguns bem interessantes que ainda hoje permanecem nas nossas memórias de um tempo fértil de vir para a rua lutar e gritar?

Quem não se lembra, como estudante, das célebres Reuniões Gerais de Alunos ou Reuniões Gerais de Estudantes. Quem não se lembra da legalização dos partidos políticos, dos sindicatos... Quem não se lembra dos militares nas campanhas de alfabetização pelas aldeias. Quem não se lembra do regresso em massa dos nossos compatriotas vindos das ex colónias ultramarinas. Quem não se lembra do 11 de março e do 25 de novembro... das primeiras eleições livres.

Em 2014 comemoramos também 40 anos do nosso Partido, do meu Sindicato. É um ano de comemorações.

Enfim... as memórias de abril são infindáveis. Tudo isto nos enriqueceu e contribuiu para aquilo que hoje somos como pessoas e como país.

No campo da educação alargou-se a escolaridade obrigatória até aos 12 anos de escolaridade, as crianças começaram a ter direito à educação pré-escolar desde os 3 anos, aumentaram o número de vagas no ensino superior, diminuiu drasticamente o número de analfabetos, concomitantemente, aumentou o número de pessoas a concluírem a escolaridade básica, o ensino secundário e conseqüentemente o número de pessoas licenciadas. As ofertas formativas diversificaram-se e foram criadas respostas educativas adequadas a cada indivíduo. Aumentaram as especializações, as pós-graduações, os mestrados, os doutoramentos e os pós-doutoramentos.

Na saúde, construíram-se hospitais, centros de saúde, criou-se uma rede de transportes de doentes, adotou-se uma política do medicamento, aumentaram o número de consultas, especializaram-se várias áreas e criaram-se condições de assistência que permitiram diminuir de forma extraordinária a taxa de mortalidade infantil.

Na segurança social foram criadas condições para que as pessoas com menos recursos pudessem ter pelo menos um salário mínimo mensal que lhes permita ter na vida alguma dignidade, foram criados subsídios para as pessoas portadoras de deficiências, abonos de família, subsídios de desemprego.

No planeamento do território, criaram-se redes de abastecimento de água, de saneamento e de eletricidade. Construíram-se acessibilidades – pontes, ruas, estradas, autoestradas. Aumentaram de forma brutal os veículos motorizados.

O turismo cresceu exponencialmente. As pessoas começaram a usufruir de melhores condições de vida e isso refletiu-se na maneira de ser e estar.



Começou a aparecer o “*novorriquismo*”. Começou a aparecer o despesismo, começou a perder-se a noção do que é essencial em prol do supérfluo. A vida começou a ser fácil, começando em casa e na escola. Vida fácil na escola, vida difícil na vida adulta, diz-se. Começou a tal geração rasca e acabou com a tal geração à rasca – que teve e tem de emigrar.

A ciência, a tecnologia e a sociedade evoluíram de tal forma que nada é como dantes. Mas o espírito e a essência humana não conseguem estar permanentemente em perfeito equilíbrio e, por isso, procuram constantemente suscitar desafios à ordem instituída, ora seja através da crítica, da reivindicação ou meramente por provocação. Aí, esquece-se o passado e promete-se um presente para o futuro.

Tudo isto nos deu abril...

Deu-nos direitos e deveres. Os últimos esquecem-se facilmente.

Deu-nos aquilo que julgávamos não podermos perder, fruto, porventura, da falta de responsabilidade dos deveres que nos assistem individual e coletivamente.

Acreditámos na justiça, acreditámos nos donos do dinheiro, acreditámos nos grandes grupos económicos... acreditámos.

Este foi o 25 de abril em que acreditámos.

Dizia, anteriormente, que o 25 de abril foi poesia, foi música, alegria e folia, mas, agora, digo que é melancolia.

Digo-o sem rodeios, sem medo das palavras, porque abril é de todos e não é pertença de ninguém.

Nós, no PPD/PSD temos orgulho do nosso passado, do nosso presente e assumimos a nossa história sem preconceitos. Ajudámos durante estas 4 décadas a construir e a consolidar os valores e os ideais de abril, fomos tão longe quanto pudemos, trabalhamos em prol do coletivo comum, fizemos obra, fomos solidários em nome de Portugal, cumprimos os acordos, restituímos confiança a quem vive em Portugal e honrámos o seu nome.

Isto é construir abril! Mas falta ainda cumpri-lo.

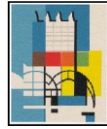
Porque enquanto houver em Portugal um homem ou mulher que não tem pão para os seus filhos, enquanto houver crianças abandonadas ao nascer ou os pais não terem condições para criar os seus filhos, enquanto houver ricos que se lamentam que tiveram menos X por cento de lucros e esses continuam a ser milhões, enquanto houver prescrições nos tribunais e deixar de haver nos hospitais, aí sim, o 25 de abril não se cumprirá.

Os ideais de abril ainda não foram cumpridos plenamente e, porventura, nunca o serão na sua plenitude.

Um país e as suas mentalidades não se podem transformar radicalmente de um dia para o outro mas, a esperança num Portugal melhor continuará a perdurar nos espíritos de cada um de nós.

Cumprir-se-á abril quando houver emprego para os jovens, dignidade na velhice, menos pessoas com necessidade de emigrarem, quando se esbaterem as assimetrias entre o litoral e o interior – o que continua a verificar-se é exatamente o contrário - e quando houver ricos menos ricos e pobres menos pobres.

Mas, que se cumpra no dia-a-dia de cada um de nós o espírito de abril e se festeje todos os dias o acreditar que há de vir.



Viva o “25 de abril”, viva o povo português, viva Portugal”.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

Há 40 anos atrás, a 24 de Abril de 1974, às 22 horas, tive conhecimento do golpe de estado e participei nele, por opção.

Volvidos 40 anos sinto-me imensamente feliz por ver neste espaço todas as forças políticas presentes, que são defensoras dos ideais de Abril

“Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se considerou irrelevante os alertas que lhes lancei na penúltima Assembleia Municipal. Faço a pergunta porque decorrido este tempo não vi alteração nenhuma em relação aos locais que mencionei. Pergunto ainda se foi a autarquia que autorizou a esplanada do Bar junto à butique “Attique”, com duas fileiras de mesas e cadeiras. Se foi ponderado o perigo que representa para os peões dado que deixa uma faixa de menos de um metro de largura para que as pessoas cruzem umas pelas outras? Em frente dessa esplanada há um estacionamento para cargas e descargas mas que está continuamente ocupado, e um veículo ao fazer marcha atrás pode atingir as pessoas que vão a passar. Não sou contra o comércio, pelo contrário, mas antes de mais quero segurança para os cidadãos. Se a dita esplanada não pode ter duas fileiras que tenha apenas uma mas que não coloque em causa a segurança dos peões”.

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VIDAGO – Rui Manuel Branco Rodrigues – cumprimentou os presentes e disse que esta sua intervenção é feita na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Associação de Freguesias do Concelho de Chaves e visa dar conhecimento desta União das Freguesias no sentido de trabalhar em conjunto para fazer o melhor pela população do concelho.

“Este processo teve início em novembro de 2013 quando o Senhor Presidente da Câmara nos lançou o desafio de nos associarmos, no sentido de transferir maiores responsabilidades para a Associação e nós, Presidentes de Junta, podermos gerir os recursos que temos, de uma forma mais eficaz.

Demos início ao processo com a inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas. Não foi fácil conseguir um consenso abrangente, mas depois de várias reuniões foi fundada a Associação integrada por 28 Juntas de Freguesia, e temos conhecimento de outras que estão interessadas em aderir. Os Órgãos diretivos foram eleitos no passado dia 23, com a nomeação da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. São as Juntas de Freguesia os órgãos que mais próximos estão das populações,

são os seus presidentes quem tem a maior perceção e um maior conhecimento das necessidades das pessoas e é nesse sentido que iremos trabalhar. Acredito que não vai ser uma tarefa fácil mas acredito que vamos fazer um trabalho de muito proveito para as populações que representamos.

Deixo um desafio a esta Assembleia Municipal, nomeadamente aos líderes dos respetivos grupos Municipais. Que contribuam para que esta Associação possa crescer e atingir a dimensão que todos pretendemos. Os Presidentes de Junta fazem parte deste Órgão Autárquico, por inerência e muitas vezes achamos que estamos aqui a mais. Entendemos que está na altura de mudar de paradigma e haver um maior interesse e defesa das freguesias; (muitos dos presentes só aparecem nas



freguesias na altura das campanhas eleitorais e a partir daí esquecem-se que existimos). Não podemos exigir apenas do executivo camarário. Temos de pensar que, cada um de nós, como cidadãos, pode dar o seu contributo para podermos ter sucesso.

Para além disso esta Associação tem também um objetivo claro e que é o novo Quadro Comunitário 2014/2020. Estive em duas ações relacionadas com os fundos comunitários e entendi que estando associados temos mais possibilidades de fazer candidaturas conjuntas e trazer mais dinheiro para o nosso concelho, o que nos irá permitir melhorar o bem-estar das nossas populações.

Para terminar indico os elementos que fazem parte dos Órgãos dirigentes da Associação:

Presidente da Mesa da Assembleia – Presidente da Junta de Freguesia de Vilela do Tâmega – Paulo Alexandre Gomes da Cunha;

1º. Secretário – Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde da Raia – Pedro Miguel Rodrigues;

2º. Secretário – Presidente da junta de Freguesia de Sanfins da Castanheira – Rui Alberto Trinta Pintor.

Presidente do Conselho de Administração – Presidente da União das Juntas de Freguesia de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras – Rui Manuel Branco Rodrigues;

Vice-Presidente – Presidente da Junta de Freguesia de Curalha – Domingos de Moura Alves;

1º. Vogal – Presidente da junta de Freguesia de Cimo de Vila da Castanheira – Lígia Maria Chaves Silva;

2º. Vogal – Presidente da junta de Freguesia de Bustelo -José Fernandes Serralheiro;

3º. Vogal - Presidente da junta de Freguesia de Nogueira da Montanha – Ricardo José Santos Rodrigues.

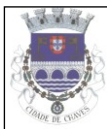
Agradeço a vossa atenção e conto com todos para que possamos fazer desta Associação um caso de sucesso”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões colocadas pelos Senhores deputados.

O Senhor deputado Francisco Preto do MAI chamou a atenção para o mau funcionamento da ETAR compacta que existe no Parque Industrial. A Empresa Águas de Trás-os-Montes ficou de construir o emissário para ligar ao sistema que serve a cidade mas ainda não o fez. Vou mandar que os serviços verifiquem essa situação e seja feita a intervenção necessária para que a situação seja resolvida, enquanto não for construído o respetivo emissário.

A segunda situação que colocou foi um mal-entendido, prontamente resolvido. Aconteceu uma queima de material vegetal na Quinta dos Montalvões em Outeiro Seco; já se vedou a propriedade para que não voltem a ser depositados ali materiais, ilegalmente, como vinha acontecendo.

A conclusão das obras do Museu das “Termas Romanas” está prevista para o final do ano. As obras foram interrompidas por motivos que nos ultrapassam, por imposição da Direção Geral da Cultura do Norte (DGCN) e Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), em função das escavações



arqueológicas e dos achados que foram sendo descobertos. Esses achados que foram classificados património nacional, nomeadamente as Termas de origem romana e parte da muralha seiscentista que tinha sido construída sobre as ruínas do balneário romano. Decorreu algum tempo para que o IGESPAR autorizasse a demolição da muralha seiscentista e só depois de obtida essa autorização foi possível empreitar a retirada da muralha e prosseguir as escavações. Na sequência desse procedimento foi elaborado um projeto e aprovado condicionalmente pela Direção Geral da Cultura do Norte. Quando o empreiteiro que adjudicou a empreitada se preparava para fazer a implantação de um pilar que suportaria a viga central do balneário, ao abrir o buraco para colocar a sapata foi descoberto mais um achado romano e o IGESPAR já não autorizou a colocação do referido pilar, nem deixou colocar qualquer sapata em nenhum local do balneário. Perante esses condicionalismos teve de ser feita uma alteração ao projeto retirando do centro os pilares inicialmente previstos; o projeto base de arquitetura foi aprovado e foi apresentado em conferência de imprensa para conhecimento. O projeto final de execução já foi entregue à DGCN para aprovação e consequente continuação dos trabalhos.

A Proposta sobre a Saúde foi feita por mim no sentido de que fosse constituída uma Comissão com elementos da Assembleia Municipal, que me acompanhasse junto das diversas entidades. Lamento que o Senhor Ministro tenha decidido limitar a reunião à presença de apenas três pessoas. Para evitar melindres, a partir desta data, quando pedir uma audiência a alguma Instituição e a mesma limite o número das pessoas que compõem a Comissão irei sozinho, sempre com o propósito de defender os interesses do Concelho.

A proposta apresentada pela Senhora deputada Zélia é realmente muito válida. A autarquia já em tempos teve iniciativas dessa natureza e temos programado retomar a ideia “se eu fosse Presidente” já no próximo ano letivo, com o objetivo de levar os jovens a elaborar trabalhos. O jovem que apresentar o melhor trabalho será o “Presidente” e com os demais como participantes será realizada uma Assembleia Municipal jovem.

O Senhor deputado Nuno Vaz lamenta a falta de dignidade das Comemorações dos 40 anos do “25 de Abril”. Eu assumo aqui a minha quota-parte nessa falta, mas a verdade é que não foi apresentada qualquer proposta, nesta Assembleia, ou de outra forma, e que tivesse sido rejeitada pela Câmara Municipal. Simplesmente não foi apresentada qualquer proposta. A Câmara Municipal deu-lhe a ênfase em termos de atividade cultural superior ao habitual, com várias atividades culturais e desportivas. Faltou a sessão solene da Assembleia Municipal com a intervenção dos seus deputados e, eventualmente, até de outros convidados. Qualquer um de nos podia ter feito essa proposta mas isso não aconteceu.

O Relatório sobre o Plano Estratégico foi pedido aos respetivos serviços que ainda não o entregou.

Concordo consigo quando diz que temos de manter unidade na questão da saúde. Por isso sempre que alguma Instituição não garanta a presença dos seis elementos que compõem a Comissão irei sozinho às reuniões.



A observação do Senhor deputado Manuel Cunha sobre as jornadas faz sentido e na próxima reunião do Conselho da Comunidade Intermunicipal vou propor aos colegas Presidentes de Câmara para que em vez de “Primeiras Jornadas” se chame de “Convenção Autárquica” para a defesa do Alto Tâmega e dos seus serviços. Valorização do Alto Tâmega ao nível da saúde e das funções sociais do estado.

O Senhor deputado disse também que o Concelho de Chaves é o mais afetado pela desqualificação do Hospital o que não é verdade. É um dos afetados. Mas mais afetados são os municípios de Boticas, Montalegre a Valpaços porque distam ainda mais de Vila Real. A nossa intenção é resolver o problema de todo o Alto Tâmega.

O Senhor deputado António Almeida referiu o Balneário das Termas de Chaves dizendo que tem vindo a perder aqistas. Continuamos a ser a segunda estância termal do País. Certamente, associada a essa diminuição não estará alheia a crise que o País atravessa. Se a diminuição de consumo ao mais diverso nível, se faz sentir em todas as áreas é espectável que também ao nível do consumo de saúde termal isso aconteça, acrescido pelo facto de os tratamentos terem deixado de ser comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde.

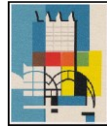
As obras que estão a ser executadas são exatamente para colher mais utentes nomeadamente na vertente do bem-estar. Estamos a ampliar/modernizar as instalações e o equipamento para poder competir com as demais estâncias termais que estão a fazer, ou já fizeram o mesmo. O investimento total desta fase é de três milhões e quinhentos mil euros e não o número que o Senhor deputado referiu; com isso queremos conferir condições ao Balneário para que possa abrir o ano todo.

O Senhor deputado criticou o facto de as obras do Balneário de Chaves estarem a ser feitas em simultâneo com a construção do Balneário de Vidago. As obras fazem-se de acordo com as oportunidades Senhor deputado. Felizmente que houve oportunidade de elaborar projetos, e de os candidatar aos fundos estruturais do Quadro Comunitário 2007/2013, onde foram aprovados. Se isso não tivesse sido feito possivelmente neste Quadro Comunitário que está a decorrer - 2014/2020 - não seriam contemplados.

Entendo que pelo facto de as obras estarem a decorrer em simultâneo não há qualquer tipo de perda na medida em que o Balneário de Vidago não fechou; há muitos anos que não existe em Vidago qualquer Balneário. Estamos a construir um Balneário moderno que possa voltar a servir a estância balnear da Vila e toda a hotelaria ali existente.

O ponto da situação colocada pelo Senhor deputado Trindade Mendes é a seguinte: estão em fase de licenciamento quatro unidades de produção de cogumelos e esperamos que sejam as primeiras das trinta e seis previstas. Esperamos que em seguida seja construído o Centro de Logística. Até ao momento não há criação de postos de trabalho.

Esperamos e desejamos a dinamização do nosso Parque Empresarial. Neste momento há um contrato de promessa de compra/venda assinado com um empresário de Famalicão para construção de uma empresa de metalomecânica. Na ordem de trabalhos de hoje vem, para conhecimento, a construção de um grande investimento na área de frutas. A pouco e pouco o Parque Empresarial vai adquirindo atividade.



Ao Senhor deputado Anselmo Martins devo dizer que considereei absolutamente relevante as questões que colocou na sessão deste Órgão de 26 de fevereiro, as quais foram enviadas aos serviços respetivos para resolução. Vou procurar saber o ponto da situação e dar-lhe-ei nota disso. Sobre a questão da explanada que hoje colocou, vou pedir à fiscalização para verificar se está a funcionar dentro dos termos do seu licenciamento.

Também eu me congratulo com a criação da Associação de Freguesias do Concelho de Chaves e quero colaborar com ela para um maior aproveitamento de recursos e um maior desenvolvimento das nossas zonas rurais.

ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA do PS – pediu de novo a palavra para solicitar ao Senhor Presidente um pedido de esclarecimento.

“Afirmo que a Estância Termal de Chaves manteve durante anos o segundo lugar e em 2012 passou para quinto lugar no ranking das estâncias do país, conforme os números a seguir indicados: S. Pedro do Sul teve 15.551 inscrições; Caldas do Cró com 10.370; Termas de S. Vicente com 7.818; Caldas de Monchique com 5.036 e finalmente Chaves com 4.870. Ainda não tenho em meu poder os números de 2013. De referir que Vidago passou a constar em nono lugar com 3.278 inscrições.

No Ranking nacional o número de termalistas em 2001 foi de 89.355 inscrições, mas em 2012 foi de 96.922. Não tem havido uma perda a nível nacional mas sim um aumento ainda que pouco significativo.

Quanto ao plano de investimentos para 2014 eu disse que está previsto fazer investimentos no montante de 3.954 mil euros que é o número que consta do referido plano. Efetivamente existem ali duas rubricas. Uma com um montante de 3.400 mil euros e outra com 500 mil euros, o que perfaz o total de 3.954 mil euros antes referido.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões colocadas.

Temos de fazer uma separação entre o que é a procura na saúde tradicional “cura” e o número de frequentadores das termas na versão SPA. O que eu disse e reafirmo é que na vertente estrita “cura”, somos as segundas termas do país. Farei chegar ao senhor deputado António Almeida os números para que os possamos comparar.

Todos nós queremos que Chaves não perca nada e todos aqui queremos fazer o melhor e o facto de se estarem a investir três milhões e meio de euros significa isso mesmo. Queremos atrair gente e fazer do Balneário de Chaves uma referência nacional. Mas não será alheio o facto de o Governo ter retirado a participação através da ADSE nos tratamentos termais e isso não é responsabilidade nossa.

Entrou-se no “Período da Ordem do Dia”.

A ata número um referente à sessão ordinária realizada no dia 26 de fevereiro de 2014, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.

Posta à votação foi aprovada por maioria, com 3 abstenções por ausência na última sessão.

A ata número dois referente à sessão ordinária realizada no dia 12 de março de 2014, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.



Posta à votação foi aprovada por maioria, com 7 abstenções por ausência na última sessão.

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL.

1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo

2 – Obras em Curso - Documento anexo

3 – Outras Atividades Relevantes - Documento em anexo.

Outras Informações:

Intervenções:

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos sobre a Comissão da Saúde e das reuniões havidas.

Reunimos com o Senhor Ministro da Saúde, com o Senhor Presidente da ARSN e com o Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar. Não ficou nada decidido como seria de prever mas admito que estejam a refletir sobre as nossas reivindicações e que, nos próximos tempos, daí resulta algo positivo, em contraponto com as imensas coisas negativas que nos têm vindo a acontecer. No próximo dia cinco voltaremos a reunir, aguardando a confirmação da presença do Senhor Presidente da ARSN.

A “Convenção do Alto Tâmega” para a questão da saúde e questões sociais está marcada para o dia 21 de junho - sábado à tarde – em Vila Pouca de Aguiar. Vão ser convidados a participar os membros das seis Assembleias Municipais e os seis Executivos Municipais do Alto Tâmega. Temos pensado que na sessão de encerramento poderá estar presente um membro do governo e leve em mão as conclusões da “Convenção”

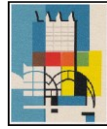
O Conselho da CIM do Alto Tâmega está a organizar o seu 1º. Congresso que deverá ter lugar no próximo mês de novembro aqui em Chaves. Este Congresso pretende unir os cidadãos residentes no Alto Tâmega e os que estão dispersos pelo mundo, Todos em conjunto poderemos construir uma Região forte e desenvolvida.

Nos termos da Lei, na próxima Assembleia Municipal estará presente o 1º. Secretário Executivo da CIM apresentar, para discussão, o Relatório das Atividades da Comunidade.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que a informação sobre a atividade municipal contém matérias muito relevantes pelo que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara informasse com mais pormenor o desenvolvimento das matérias. É o caso da reunião havida com o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, relacionada com atual Quadro Comunitário – 2014/2020; a reunião havida com a UTAD e com o IPB sobre a situação do Ensino Superior em Chaves; situação sobre a verticalização das águas e todo o dossier que lhe está relacionado; conclusões e orientações que saíram do Conselho Regional realizado em Montalegre, no âmbito da CCDRN.

No que respeita à saúde se não forem todos os seus elementos às reuniões/audições significa que a Comissão morre. Devemos tomar posição sobre a sua extinção ou não. Mas também podemos decidir, de uma forma democrática, que sempre que não



seja possível estarem todos os seus elementos presentes, se decida rodar e dessa forma além do Senhor Presidente da Câmara estará também presente alguém da Comissão. Assim estará representada a Câmara e a Assembleia Municipal.

Sobre o Quadro das Obras em execução a informação suscita dúvidas. É o caso da obra de acessos à Fundação Nadir Afonso; supostamente devia estar concluída e o quadro não indica se houve prorrogação do prazo; o mesmo acontece com o Centro de Competências em Turismo Termalismo Saúde e Bem-estar; o Balneário Pedagógico de Vidago tem 10% de execução com a conclusão prevista para o final de 2014, o que parece muito difícil; a construção das Termas Romanas, o Parque de Estacionamento do Quarteirão da Adega do Faustino, também não se indica se houve prorrogações nos prazos. É um conjunto de obras com um estágio de execução muito baixo. O quadro das obras devia contemplar uma coluna que desse informação dos prazos ou outra situação.

RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA da CDU – cumprimentou os presentes e apresentou uma sugestão relativamente ao Hospital de Chaves.

Sugeriu que, caso seja possível, se solicitado ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar, uma reunião com as chefias intermédias do Hospital de Chaves. Há muitas situações anómalas que ali se passam, que não saem para fora e que são esclarecedoras do atual funcionamento do Hospital. Uma das situações é a saída de pessoas que não são substituídas e há falta de operacionais nos serviços; os profissionais neste momento estão a trabalhar continuamente, sem folgas.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA DA CDU – disse que a informação do Senhor Presidente sobre a atividade municipal é muito sucinta. Deve passar a ser mais detalhada porque de outra forma implica pedidos de esclarecimentos.

Sobre a saúde entendo que estrategicamente seria importante que a Assembleia Municipal de junho fosse feita depois da “Convenção” sobre saúde. Se aí não houver progressos esta Assembleia Municipal, partindo da força de um Congresso sobre saúde, pode apontar outras formas de atuação.

Gostava de saber que reflexão faz a Assembleia Geral do Mercado Abastecedor, que de Mercado Abastecedor nada tem, e qual o ponto da situação/estratégia. Deixa-se cair definitivamente a noção de Mercado Abastecedor? Quais as funções que esse espaço passará a ter?

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões pela respetiva ordem em que foram colocadas.

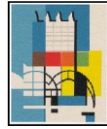
O Senhor Secretário do Desenvolvimento Regional reuniu com o Conselho da CIM do Alto Tâmega onde apresentou o novo Quadro Comunitário de Apoio. Deixou algumas ideias para candidaturas e disse que teriam prioridade todas as candidatura feitas em conjunto pelos Municípios do Alto Tâmega. Incentivou a apresentação do maior número possível de projetos em conjunto e deu particular enfoque à construção do ITI – Intervenção Territorial Integrada - que estamos a realizar e para o que foi pedida a colaboração da Assembleia. Temos vindo a trabalhar nesse sentido; já foram feitas algumas reuniões nas várias sedes dos municípios. Iremos apresentar duas candidaturas; uma no âmbito do ITI e outra com a ADRAT em áreas específicas. A ADRAT e os municípios estão a trabalhar em conjunto para que os dois planos – ITI e



o de Base Local – sejam complementares e não gerem qualquer tipo de incompatibilidade.

O ponto da situação sobre o Ensino Superior para Chaves não se alterou. O Reitor da UTAD quer acabar com aquilo que designam de licenciatura deslocalizada, em Chaves. Tem havido reuniões para tentar demover o Senhor Reitor dessa sua posição. Em paralelo foram feitos alguns contactos com o Instituto Politécnico de Bragança para que os cursos de nível cinco, que ainda não estão devidamente regulamentados, possam existir em Chaves e quem tem poder para os implementar são os Institutos Politécnicos. Estes Organismos estão em colisão com o Governo na medida em que reivindicam que esses cursos sejam exclusivos dos Politécnicos e não concordam que as Associações Empresarias os possam ministrar. Isto porque fazem concorrência desleal aos Institutos. Tudo está em aberto e ainda não me foi comunicado oficialmente, pela equipa reitoral, o fecho da licenciatura em Chaves. Espero que ainda mudem de ideias apesar de não ter grande esperança que isso aconteça. Falei com o Senhor Secretário de Estado para que tentasse demover o Senhor Reitor mas como é competência estrita da UTAD, ele não tem qualquer influência na decisão que for tomada. As licenciaturas deslocalizadas são da estrita competência da Universidade mas a criação de uma escola necessita do parecer favorável do Governo. Uma vez que a UTAD não coloca a possibilidade de ter uma escola em Chaves, e o Instituto Politécnico está recetivo a essa possibilidade terei uma reunião, a breve trecho, com o Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior para ver se isso é possível. Lamenta-se a atitude da UTAD dado que lhe foram cedidas instalações com qualidade, gratuitamente; inclusive informei que se houver problemas com os custos de água e da energia elétrica a Escola de Enfermagem fará o esforço de suportar esses custos, sozinha. Sei que os Senhores professores da UTAD fazem força para não virem dar aulas a Chaves. Convidei os professores da UTAD que vivem em Chaves para uma reunião e a conclusão final foi de que se perdeu a oportunidade de ter criado uma Escola em Chaves e nunca esteve prevista a sua criação no Plano da UTAD. Vamos continuar a lutar e se não for com a UTAD será com outra qualquer.

Sobre a situação das águas tem havido sucessivas reuniões quer com a Empresa Águas de Portugal, quer com a Empresa Águas de Trás-os-Montes. Nesta questão não restará outra solução que não seja a verticalização do sistema. O que precisamos de garantir é que a evolução do preço da água seja construída de uma forma muito mais simples do que o processo herdado a nível do sistema multimunicipal em alta, que tem uma forma complexa. Iniciámos com o preço de 0,48€ o m³ e hoje estamos a pagar 0,69€ por m³. Se tivermos a garantia de que a evolução do preço da água se faz de acordo com a taxa de inflação, não haverá grande problema em proceder à verticalização do sistema. Aqui o PSD local não muda de opinião na medida em que em 2001 foi contra a integração do Município de Chaves no sistema multimunicipal de abastecimento de água e de tratamento e valorização de resíduos sólidos, mas nessa altura a nossa proposta não foi acolhida, maioritariamente, quer pela Câmara, quer pela Assembleia Municipal. Já que não há autonomia a nível do Alto Tâmega para tratar os sistemas multimunicipais, propusemos que se procedesse à verticalização dos sistemas porque se percebeu

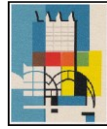


que iria haver dificuldades na gestão. A Empresa ficou com a parte boa que é a água em alta e as câmaras ficaram com a parte má que é a distribuição. É evidente que a evolução do preço não é alheia ao facto de o modelo inicialmente previsto, ter a expectativa de venda de **X/m³** de água, cujo estudo foi há altura empolado, com uma evolução demográfica que não veio a acontecer, quer em Chaves, quer no resto do território e previa que todos os municípios de Trás-os-Montes fossem consumidores de água, o que não se veio a verificar. Alguns, com uma população significativa, subsistem com o seu próprio sistema e com a aquisição de alguma água à Empresa. O Concelho Regional decorreu em Montalegre, por minha proposta, na qualidade de membro permanente do referido Conselho, com a finalidade de fazer entender aos participantes que efetivamente faz todo o sentido que esta via intermunicipal seja requalificada. Está a ser negociado o novo Quadro Comunitário de Apoio com Bruxelas e foi decidido que não haveria verbas para construir ou requalificar estradas. O Senhor Presidente da CCDRN está a lutar para que assim não seja e tem um acordo de princípio com a Comissão Europeia para que seja possível introduzir investimento a construir ou requalificar estradas mas Bruxelas exige que a lista seja fechada. Isto significa que as estradas a construir ou a requalificar sejam indicadas à partida. Foi nesse sentido que a reunião foi marcada em Montalegre e existe um acordo de princípio com a CCDRN para que a estrada Chaves/Montalegre vá nessa lista fechada para ser requalificada. O objetivo deste Conselho Regional foi, fundamentalmente, estabelecer algumas regras para o fecho do atual Quadro Comunitário de Apoio. Vão abrir candidaturas em múltiplas áreas para que a Região Norte consiga gastar todas as verbas disponíveis. Estamos atentos à abertura dos avisos na medida em que temos obras executadas ou em execução, não comparticipadas que, eventualmente, ainda poderão ter comparticipação. A regra estabelecida é que as câmaras municipais apresentem as candidaturas, que estarão permanentemente em aberto, e serão aprovadas em função do seu grau de maturação, para se garantir que não acontecem situações como providências cautelares ou atrasos no Tribunal de Contas, que podem levar a que as obras não se executem.

Concordo plenamente com a sugestão feita pelo Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro sobre a Comissão de Saúde. Se for estipulado que não podemos ir todos, aceito que haja rotação dos restantes elementos da Comissão.

Compreendi a mágoa do Senhor deputado Francisco Preto no caso de não poder estar presente e foi nesse contexto que eu referi que ou iriam todos ou então iria eu sozinho. Naturalmente que eu nunca deixarei de exercer as minhas responsabilidades.

O conjunto de obras que referiu - Acesso à Fundação Nadir Afonso, projeto Áquea, Balneário de Vidago, Termas Romanas, Parque de Estacionamento do Centro Histórico, Aquaenatur, está realmente atrasado. Esperamos que durante o Verão as obras recuperem e que terminem em Dezembro de 2015, conforme o previsto. Nalguns casos houve alguma demora por parte do Tribunal de Contas em visar os contratos; também não é alheia a rigurosidade do inverno, que este ano foi particularmente chuvoso, mas fundamentalmente porque as empresas estão a concorrer a um volume de obras superior à sua capacidade e a executá-las em



função dessa capacidade. Esta situação leva à diminuição da evolução do ritmo normal das obras. Esperamos que o Parque de estacionamento do Quarteirão do Faustino termine no final de Junho do corrente ano para que as pessoas e fundamentalmente o comércio local possam usufruir dele.

O Senhor deputado Rui Oliveira fez uma sugestão que não poderei atender. Da mesma forma que não permitirei que venham pessoas de fora convocar e reunir com as chefias dos serviços da Câmara Municipal, também não irei fazer isso nos Organismos externos. Atenderei e ouvirei quem vier ter comigo informalmente, mas tomar iniciativas nesse sentido não o farei. Seria uma deslealdade que não gostaria que me fizessem a mim. Sei que não temos ninguém oriundo de Chaves no Conselho de Administração do Centro Hospitalar, mas isso não invalida que os profissionais de saúde de Chaves, que tenham algo a dizer, me façam chegar e podem ficar absolutamente seguros de que nunca irei revelar o nome da pessoa que me deu a informação, que farei chegar a quem de direito. Foi o caso da situação das ecografias às grávidas que estavam a ser enviadas para Vila Real. A situação foi resolvida, por força da pressão política havida, sem por em causa a fonte de informação desta situação.

Agradeço às pessoas que me façam chegar as informações que assumirei como minhas e tratá-las-ei nos órgãos próprios.

Vou tentar, ao longo do tempo, trazer a informação sobre a atividade municipal o mais detalhada possível.

O Mercado Abastecedor de Chaves foi um fracasso. É um Mercado Retalhista por Grosso direcionado para os pequenos retalhistas se abastecerem. Não houve aderência. Fez-se um acordo com a fábrica “Pastel Nor” para instalação da sua unidade fabril e neste momento tem já um programa de expansão. A Assembleia Geral resolveu dissolver da sociedade MARC, SA e internalizar o património na Câmara Municipal e certamente também internalizará a dívida que o MARC tem à banca.

PONTO 2 – ISENÇÃO, TRANSITÓRIA, DAS TAXAS ASSOCIADAS À OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO COM A INSTALAÇÃO DE RAMPAS FIXAS E PREVISTAS NO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS EM VIGOR NO CONCELHO DE CHAVES - Nº14, DO ART. 22º, DO ANEXO I DA TABELA DE TAXAS -. PROPOSTA N.º 38/GAP/201.

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA fez a apresentação da Proposta dizendo que esta se insere nas medidas que o Município tem vindo a implementar para desagravar as condições socioeconómicas das famílias.

A suspensão temporária, por um ano, que pode vir a ser renovada, nos termos previstas na proposta, caso se mantenham as condições socioeconómicas das pessoas. A receita anual ronda os cento e oitenta euros/ano o que significa que muito poucas pessoas estão a pagar esta taxa.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

NUNO VAZ RIBEIRO do PS - disse ter entendido a motivação da proposta que tem a ver com a situação de dificuldade económica que atravessamos, cuja tradução financeira é insignificante.



Gostaríamos de saber quanto representaria o valor das taxas se todas as pessoas que têm rampas pagassem. Gostaríamos de saber se a liquidação foi feita, se correram processos de execução e porque é que a coleta não foi cobrada.

Como é que esta proposta se compagina com as obrigações que a autarquia assumiu no âmbito do PAEL, no sentido de racionalizar e otimizar a receita, no que respeita às taxas.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu que não foi feito o levantamento sobre quem está em incumprimento.

O Senhor deputado Vaz Ribeiro sabe que no que respeita a obrigações fiscais a iniciativa é do contribuinte e não da administração. A administração pode aplicar coimas por incumprimento.

Sobre as razões socioeconómicas havia dois caminhos: o caminho agora proposto ou o levantamento exaustivo do número de rampas existentes e obrigar todas as pessoas a pagar, de acordo com o Regulamento municipal em vigor. Desta forma é que entramos nas tais condições socioeconómicas; pessoas que ao longo de anos não cumpriram as suas obrigações iriam agora ter de as cumprir, o que poderia acarretar para muitas famílias um acréscimo de pagamento de impostos. Não foi levantado qualquer processo por incumprimento e não me parece que venhamos a ser penalizados, em termos do PAEL, por deixar de arrecadar 180 euros.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS pediu novamente a palavra para um pedido de esclarecimento.

Quem tem de tomar a iniciativa para liquidação da taxa não é a administração fiscal mas sim o município porque estamos a falar de rampas em espaço do domínio público municipal.

Também a competência de execução das taxas é da Câmara Municipal porque tem o serviço de Execuções Fiscais. Era importante que a Assembleia Municipal tivesse conhecimento efetivo de quanto é que representa na realidade a isenção efetiva e isso não são 180 euros, é muito mais. São todos os valores que não foram liquidados.

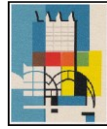
O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu ao senhor deputado nuno Vaz Ribeiro.

Eu não disse que a obrigação era da administração fiscal (Finanças). Eu disse que é de cada um dos cidadãos. Perante as leis em vigor cada cidadão é que tem de tomar a iniciativa e na ausência dessa iniciativa, depois de decorrido o prazo legal, a autarquia tem a obrigação de levantar processos de execução fiscal.

Eu, e esta Assembleia Municipal, estamos aqui para responder por este mandato; colocado perante o problema, e percebendo que, da enorme quantidade de rampas que existem, só dez é que pagam; entendemos que em vez de as colocar todas, devíamos isentar as dez que estavam a ser pagas.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 75 votos a favor, 1 abstenções (do MAI) e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 3 – PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM -. CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS. BENEFICIÁRIO:



ISABEL GRILO, UNIPESSOAL, LDA. INFORMAÇÃO Nº 04/GNE/2014 – PARA CONHECIMENTO.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS pediu o seguinte esclarecimento:

Percebi que a aprovação desta proposta foi feita ao abrigo de Regulamento, mas não entendi se a aprovação deste projeto e a sua qualificação como PIM foi feito por despacho ou por deliberação da Câmara Municipal. Isto porque não é dito em que momento foi tomada a decisão. Presumo que a decisão de considerar um projeto PIM não seja feita por informação técnica, mas sim por despacho, no uso de delegação de competências, ou por deliberação do órgão executivo. Presumo que o Regulamento ao abrigo do qual este projeto foi avaliado e considerado de interesse municipal, e no âmbito do qual foram fixadas as condições bem como os contributos do município relativamente, quer à isenção das infraestruturas urbanísticas, quer também no que respeita à isenção do IMI, teve por base uma deliberação ou um despacho.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu dizendo que a Câmara Municipal tinha deliberado num primeiro momento, de acordo com o Regulamento aprovado por este Órgão. No segundo momento foi à Câmara para confirmação do primeiro e vem à confirmação da Assembleia Municipal. O Senhor deputado tem razão. Falta aqui a ata da primeira reunião.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

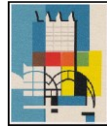
PONTO 4 – REDUÇÃO DO VALOR DAS TAXAS MUNICIPAIS ADMINISTRATIVAS DEVIDAS PELA INSTALAÇÃO DE QUIOSQUES NA CIDADE DE CHAVES; - ALTERAÇÃO AO ARTIGO 28-Aº, AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS. PROPOSTA N.º 46/GAPV/14.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA fez a apresentação desta proposta dizendo que em 2013 a Assembleia Municipal aprovou a redução do valor das taxas previstas, para os quiosques localizados no centro histórico da cidade. Essa medida visava, estimular a dinamização desse espaço da cidade; compreende-se a bondade da medida mas verificou-se que é um pouco injusta porque, infelizmente, na nossa cidade o centro histórico é o perímetro da parte da cidade que ainda tem dinâmica económica e social. Logo não faz sentido estar a reduzir a taxa em 80% aos quiosques localizados nesta zona deixando os da periferia, que são os que provavelmente tem menos movimento, a pagar a taxa a 100%. Isto traduz uma diminuição de receita de cinco mil e quatrocentos euros/ano, mas estamos a fazer justiça.

DEPUTADO ANTÓNIO TRINDADE MENDES do PS – disse que esta decisão é acertada porque com esta medida o município vem repor a justiça e equidade neste tipo de tributação. Por essa razão a bancada do PS vai votar favoravelmente este proposta.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 5 – PROPOSTA DE ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS POR MOTIVO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CHAVES: - EM ESPAÇOS URBANOS E URBANIZÁVEIS DA CLASSE 1, CATEGORIAS 1.1 –



CIDADE DE CHAVES E 1.2 – VILA DE VIDAGO (EXCETO ÁREA DO PPFL) - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO, DE 18.03.2014

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que é do conhecimento público que o PDM de Chaves se encontra em processo de revisão.

No que diz respeito às áreas de Chaves e Vidago a revisão tem como objetivos estratégicos e urbanísticos, o desenvolvimento do sistema urbano mais compacto e sustentável, a valorização e requalificação do espaço público, a melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade e a proteção e valorização da identidade urbana.

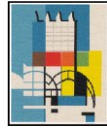
O Plano Diretor Municipal foi publicado em 1994. Passaram vinte anos e por esse motivo é natural que algumas normas estejam desatualizadas. As medidas preventivas destinam-se a garantir a liberdade de planeamento da revisão do PDM; a área abrangida pelas medidas preventivas é apenas a área urbana da cidade de Chaves e da Vila de Vidago isto porque é nestas áreas urbanas onde se tem sentido a desatualização das normas urbanísticas. No setor rural é mais pedido o alargamento dos perímetros urbanos mas as medidas preventivas não alargam perímetros urbanos, tal como estas medidas preventivas não alargam o perímetro urbano da cidade de Chaves nem o da Vila de Vidago. Os perímetros são os mesmos. As normas urbanísticas é que eventualmente poderão vir a ser diferentes. Neste período em que o PDM se encontra em revisão poderão ir sendo implementadas as medidas de forma avulsa e serão avaliadas em função da sua envolvente próxima. Sabemos que as manchas nem sempre estão de acordo com aquilo que nós entendemos que é correto; coexistem áreas contíguas de máxima capacidade com outras de baixa densidade e, certamente, para uma cidade mais compacta, que é uma cidade mais económica, tem vindo a causar alguns constrangimentos.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

ANTÓNIO JORGE PINTO DE BARROS do PS – cumprimentou os presentes e disse que o PDM será, certamente, dos documentos mais importantes de gestão territorial que uma autarquia tem.

“É por este documento que os municíes, os residentes no concelho e também os não residentes, sabem qual é a estratégia de desenvolvimento territorial, tanto a nível económico, como urbanístico e habitacional. O atual PDM é um documento de 1994, os seus efeitos deviam vigorar até 2005 e perguntamos qual a razão por que ainda não foi feita a sua revisão. Perguntamos ainda para quando se prevê que o novo PDM esteja a vigorar.

Pela leitura da proposta em análise, deduzo que, por estas medidas preventivas, se propõe a suspensão de determinadas normas do anterior PDM. Esta suspensão é justificada na intenção de não limitar a liberdade de planeamento na elaboração do PDM; é sustentada nos estudos que compõem a revisão deste documento, que estarão a ser feitos pelos técnicos da autarquia. Surge uma questão. Ao suspender tem de se arranjar um regime para este vazio legal que será colmatado por estas normas preventivas. Mas isso implica uma outra questão. O caminho apontado por estas medidas preventivas, não obstante apontarem objetivos e motivos para não

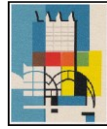


permitirem determinadas ações urbanísticas. Apesar disso parece-me que o enquadramento que esta proposta faz é vago, sem concretização e que não permite a um cidadão de Chaves ou de outro concelho saber o que pode ou não fazer. Olhando para isto não sei se posso investir, se posso edificar, e onde o posso fazer. Isto porque os objetivos apontados por estas normas dizem também que não serão permitidas quaisquer ações se introduzirem sobrecargas excessivas nos sistemas de redes de infraestruturas existentes ou previstas. Se queremos um sistema urbano mais compacto, por outro lado não queremos sobrecarga nas redes de infraestruturas já existentes ou previstas. Parece-me que haverá aqui um contrassenso e possam surgir problemas de alguma discricionariedade no que se permita ou não fazer ao abrigo destas medidas.

Será que o querer um sistema urbano compacto poderá ser válido para uma ação e não ser para outra porque não queremos uma sobrecarga de infraestruturas? Não me parece que esta proposta vá trazer clareza a um documento desta natureza. Não me parece que um cidadão investidor possa ter a certeza se pode ou não investir e daí estas três questões: 1. Porque é que a revisão do PDM não foi feita até à data? 2. – Quando prevê que esta revisão esteja concluída? 3. – Que garantias é que serão dadas de que a aplicação destas medidas, que não foram sujeitas a consulta pública, com estes objetivos que aqui estão plasmados, que não vai existir qualquer elemento discricionário no deferimento, ou não, das ações que o cidadão se proponha fazer ao abrigo do PDM?".

CARLOS AFONSO DE MOURA TEIXEIRA do PSD – cumprimentou os presentes e disse que é com muita satisfação que está hoje nesta Assembleia Municipal a exercer o seu mandato de eleito em regime de substituição.

Sobre a qualidade das medidas propostas no documento em análise o Grupo Municipal do PSD manifesta a sua total confiança na equipa dos técnicos da autarquia que estão a executar este trabalho, que acreditamos terem as melhores soluções para o PDM, que se quer ágil, moderno e acessível aos cidadãos; que tenha em consideração os novos elementos de pressão introduzidos na nossa rede urbana, nomeadamente o Parque Escolar, a Fundação Nadir Afonso, os novos Parques de estacionamento, o Museu, os investimentos realizados nas Termas, e outros. É a altura certa para os enquadrar. Por outro lado, no aspeto social, os tempos que vivemos, a construção civil/imobiliária, que era o motor da economia em Chaves, tem tido uma forte perda de rentabilidade. Como tal entendo que esta é a oportunidade certa para o enquadramento adequado das medidas cuja vigência é por um período máximo de dois anos, e certamente esta Assembleia será chamada a discutir os termos detalhados do novo Plano Diretor Municipal. Vivemos num tempo em que devem ser acautelados os nossos interesses coletivos ao reduzir os níveis de pressão, ao não aumentar indiscriminadamente as redes de abastecimento de água, de eletrificação, de telecomunicações, de saneamento básico etc. que são um dos principais motivos dos nossos encargos e da não sustentabilidade das contas públicas. Temos a convicção de que a equipa liderada pelo Senhor Presidente da Câmara tem isso bem presente e os dois anos que faltam serão os adequados para ter o nosso PDM em condições de nos levar a um novo modelo de desenvolvimento económico e social do concelho.



NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que a apreciação do PS sobre esta questão é somente de caráter político e é com alguma estranheza que esta Assembleia é mais uma vez chamada a aprovar medidas preventivas.

Tivemos um Plano Diretor Municipal que foi aprovado em 1995, cujo período de vigência era de dez anos – 2005. Era suposto que entretanto fosse feita a revisão do PDM mas isso não aconteceu. Estamos em 2014 e já passaram nove anos desde a data prevista para a sua revisão. Isso leva-nos a pensar que ou o Plano não é relevante, ou então estamos à espera de um PDM que resolva todas as situações. É estranho que o PDM não tenha sido revisto.

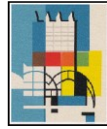
O PDM é um documento muito importante porque define os locais onde se pode ou não construir e a afetação da utilização que os solos podem ter. As regras que aqui estão definidas – as chamadas medidas preventivas - porque as medidas do PDM para Chaves e Vidago estão suspensas, à exceção de um dos Planos de Pormenor da Fonte do Leite e isso significa que para este vasto território onde há pressão/cargas das várias redes, vamos ter algumas iniciativas de transformação do solo, mas é neste mesmo espaço que vamos ter regras que permitem interpretações perfeitamente antagónicas. O que temos aqui são conceitos indeterminados que permitem que todas e quaisquer iniciativas possam ser desenvolvidas. São estes conceitos que introduzem critérios de desigualdade. As medidas preventivas são incentivadoras e criadoras de um contexto de desigualdade. Traduzem complexidade, permitem também alguma opacidade, a transparência não é assegurada. Por todas essas razões o Grupo Municipal do PS vai abster-se na votação desta proposta. Mas espera que estes dois anos, de vigência das medidas preventivas, sejam suficientes para finalmente podermos ter em discussão e posterior aprovação, a proposta da revisão do PDM do Concelho de Chaves, que é fundamental e só não existe porque a estratégia ainda não está definida.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões anteriormente colocadas dizendo que, de acordo com a legislação em vigor, um PDM não perde eficácia ao fim de dez anos. O PDM de Chaves mantém-se em plena eficácia.

O que a legislação determina é que o mesmo deve ser revisto ao fim de dez anos. *Dever não é ter.* O PDM foi suspenso em áreas determinadas para poder acolher investimentos que surjam. Foi o caso do terreno onde foi implantado o Casino, do terreno onde foi construída a Escola de Enfermagem, da área onde foi construído o Parque Empresarial.

O que está aqui em causa é apenas a suspensão das normas urbanísticas do PDM para as áreas urbanas de Chaves e de Vidago. Não há qualquer alteração para o resto do território, onde o PDM continua em vigor. Com a suspensão das regras urbanísticas na cidade de Chaves e em Vidago a Autarquia deixa de poder aprovar os projetos sozinha, tendo de mandar para parecer à CCDRN todas as iniciativas de construção que ocorram na área urbana de Chaves e de Vidago. Isto não é querer suspender para não tratar bem mas sim suspender para tratar melhor.

Estão a ser levados a efeito estudos setoriais; um deles – o do Património – foi enviado aos Senhores deputados para que os analisem e façam chegar os vossos contributos. A isto chama-se uma revisão participada. Estejam atentos, colaborem, ajudem, para que o processo de revisão do PDM também seja da vossa autoria. Não



vai existir qualquer vazio legal. As normas preventivas conferem-lhe legalidade. A proposta das medidas preventivas foi feita pelos técnicos da Autarquia que as apresentaram e negociaram com a CCDRN da qual obtiveram parecer favorável. Com a compactação não há contradição entre tornar as infraestruturas incapazes. Se em determinada zona a área já é suficientemente compacta não estamos a colocar em crise as infraestruturas existentes.

Nunca nenhum projeto foi aprovado pela Câmara Municipal sem os devidos pareceres técnicos favoráveis e não existe absolutamente nenhuma pressão política sobre os técnicos da Autarquia no sentido de lhe coartar a sua liberdade técnica para expressarem a sua opinião no sentido de aprovar qualquer projeto.

É expectável que o PDM esteja concluído até ao final da validade destas medidas preventivas – 2016. É uma equipa técnica da Autarquia que está a desenvolver este trabalho, com consultadoria da Universidade do Porto.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – pediu novamente a palavra e disse que a sua bancada entendeu a motivação subadjacente à suspensão parcial.

Quando existe um projeto de interesse municipal, que não está de acordo com as regras urbanísticas plasmadas nos respetivos instrumentos de ordenamento do território, percebemos que se faça a suspensão. Aliás isso é usual. O que não percebemos é porque se suspende o PDM em Chaves e na Vila de Vidago e estamos a falar em zonas que sob o ponto de vista urbanístico, mais relevância têm, se por um lado se diz que isso é feito para permitir novos projetos e a seguir se diz que no final a capacidade de decisão fica condicionada ao parecer de uma terceira entidade. Não entendemos qual a vantagem dessa decisão.

As medidas preventivas têm alguns conceitos indeterminados. São os modelos de acessibilidades; a relação funcional e arquitetónica proposta. Sugiro que tão depressa quanto possível, se aprove a revisão do PDM e se a lei não diz que é “obrigado a”, mas sim “deve” é certamente porque acha que as medidas ao fim de dez anos se esgotam. Um Plano é prospetivo e nessa medida é para o futuro.

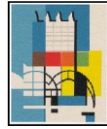
Também gostávamos de saber dos projetos, as razões, as iniciativas que estão na base e deram fundamento à suspensão parcial do PDM.

FRANCISCO JOSÉ T. LOPES SILVA PRETO do MAI – pediu a palavra para dizer que as razões invocadas pelo Partido Socialista são mais do que suficientes para votar contra a proposta em análise. Mas é muito estranho o PS invocar tantas razões e depois vir dizer que se vai abster na votação deste assunto.

“Estou aqui a justificar o voto contra do MAI. E não é por não confiar nas pessoas que vamos votar contra. É porque esta suspensão impede a revisão e também porque levanta dúvidas ao cidadão comum; podem pensar que é suspenso para Chaves e Vidago porque poderão querer beneficiar empreiteiros e também porque os partidos podem ter interesse na não revisão do PDM para poderem beneficiar empreiteiros e colher depois alguns frutos, em tempos de campanha eleitoral? Isto é preciso dizê-lo, mas se calhar têm de ser os Independentes a dizê-lo”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões antes colocadas.

Suspeições não. Nunca, mas nunca, Senhores membros desta Assembleia Municipal façam suspeições. Apresentem factos. Aqui neste Fórum ou noutra qualquer,



nomeadamente no da Justiça. Se tiverem conhecimento de factos não se inibam de os apresentar.

O que é relevante e leva a esta situação é o facto de em Vidago, na sequência da construção do Balneário Termal, o atual proprietário do Hotel Avenida ter interesse em proceder à sua requalificação, com ampliação. O atual PDM não o permite. E são situações desta natureza que levam a tomar estas posições para evitar fazer pequenas suspensões. Numa fase em que desejamos que apareça investimento em Chaves e Vidago e, para evitar que possam surgir constrangimentos, porque isso acontece essencialmente nas áreas urbanas, não se podem fazer suspensões cirúrgicas. Desta forma ficam prevenidas áreas urbanas de relevância onde podem surgir projetos de investimento.

Confio em mim e na CCDRN que tem a responsabilidade de superentender o território todo da Região Norte. Mas acima de tudo isso está a Inspeção Geral que se houver algo que infrinja as regras atua.

Neste momento não está nada previsto para Chaves mas é espetável que possa surgir e desejo que assim seja.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS fez um pedido de esclarecimentos.

Se o Senhor Presidente tivesse iniciado a apresentação da proposta com a argumentação que fez no final provavelmente nem teria feito qualquer intervenção.

A bancada do PS não lançou nenhuma suspeita quer à equipa de técnicos que elaboraram o Plano quer à Câmara Municipal e não suscitou a esse nível qualquer questão. Conhecemos bem os técnicos da autarquia e isso nunca esteve, nem poderia estar aqui em causa. Que isto fique aqui bem explícito. O que nos leva a discutir estas questões é perceber as razões porque todos nós estamos empenhados no desenvolvimento deste Concelho e na criação de oportunidades.

FRANCISCO JOSÉ T. LOPES SILVA PRETO do MAI – disse que percebeu que a intervenção do Senhor Presidente foi direcionada para a sua bancada.

“O que eu disse não foi para lançar suspeições. Eu tive o cuidado de referir «o cidadão comum». Eu não suspeito de coisa nenhuma. A política para mim tem de ter princípios e entendo que a imagem que tem de passar lá para fora é uma imagem de clareza.

Ao permitir a suspensão consecutiva do PDM não se está a precaver uma revisão profunda do Plano que já devia ter sido feita há muitos anos.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu dizendo que o cidadão comum é espelho dos políticos que temos e se os políticos que temos não fazem da política, coisa séria, transmitem intranquilidade ao cidadão. O que eu quero, o que eu desejo, é que esta Assembleia Municipal não transmita intranquilidade e que dê garantias aos cidadãos flavienses ou a quem aqui queira investir, que em Chaves existem regras para cumprir em função da legislação da nação.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 66 votos a favor, 8 abstenções (5 do MAI, 2 da CDU e 1 do PS) e 1 voto contra (do MAI). Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 6 – PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2013. INFORMAÇÃO Nº 15/DGF/2014.



O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da proposta dizendo: Esta prestação de contas relativa ao exercício económico de 2013 é a penúltima de um ciclo começado em 2002. Com a prestação de contas de 2014 fechamos o ciclo iniciado em 2002 pelo Dr. João Batista.

O ciclo iniciado em 2002 é um ciclo virtuoso de desenvolvimento do concelho. Todos sabemos que a dívida tem um valor significativo 44,7 milhões de euros, mais a dívida da MARC SA no valor de 3,4 milhões de euros, totalizando 48,1 milhões de euros de dívida reconhecida. Como sabem estão em litígio com a empresa ATMAD SA faturas no valor de 7,6 milhões de euros e são por nós reclamadas taxas de infraestruturas no valor de 2,5 milhões de euros. A dívida no limite poderá ser de 53,2 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2001 a dívida real era de 16,5 milhões euros, correspondendo a valores atuais de 21,4 milhões de euros.

A criação dos sistemas multimunicipais de águas e de resíduos desequilibraram as nossas contas; recorda-se que esta dívida representa 81% do total da dívida de curto prazo.

Apelidei este ciclo 2002/2014 de ciclo virtuoso e tal epíteto confirma-se pelo valor global do investimento de 127,2 milhões de euros, sendo 88 milhões de euros de fundos próprios, mais 20,2 milhões de euros em curso, conforme pode ser confirmado no relatório que vos foi distribuído. Trata-se de um investimento sem paralelo e que muito dificilmente voltará a ser repetido. Foram aproveitadas as oportunidades e a legislação vigente. Ficou dívida é verdade, mas também ficou muita e boa obra. Hoje, com a legislação atual, não é possível acumular dívida, logo não será mais possível voltar a realizar um tão importante volume de obra.

Na execução do orçamento de 2013, não só foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental reportado à conta que apresenta, como também se executaram todas as receitas e despesas dentro do formalismo legal exigido.

Importa referir que a autonomia financeira do Município depende dos meios colocados ao seu dispor para a prossecução dos fins próprios, sendo relevante referir que os resultados da execução orçamental estão fortemente dependentes de fundos externos (estatais e comunitários), uma vez que se procura que as grandes despesas de investimento sejam financiadas através desta componente.

Relativamente a 2012, no exercício de 2013, temos:

- Aumento de 13% das receitas correntes;
- Aumento de 38% das receitas de capital;
- Aumento de 32% das despesas correntes;
- Aumento de 10% das despesas de capital;
- O grau de execução nas Despesas correntes foi 79%;
- O grau de execução nas Despesas de Capital foi de 49%;
- No âmbito da Despesa a taxa de execução foi de 64%, revelando um acréscimo de 14% face ao ano anterior;
- O grau de execução nas Receitas Correntes foi de 77%;
- O grau de execução nas Receitas de Capital foi de 39.5%;
- No âmbito da Receita a taxa de execução foi 57%, superior em 6% face ao ano anterior;



- A Receita total ascendeu a 37.230.878€ e a Despesa Total ascendeu a 36.748.446€;

O acréscimo da receita em 2013 face ao ano anterior, que se traduziu numa variação de 17.6% na execução da Receita total e de 18.3% na Despesa total, fruto do empréstimo de MLP com o Estado Português no âmbito do PAEL, no valor de 7,8 Milhões de Euros, permitindo um acréscimo da despesa paga, designadamente as faturas em atraso há mais de 90 dias.

A disparidade observada entre os valores orçamentados e executados não resulta, na generalidade, da falta de rigor aquando da elaboração do orçamento, mas antes do facto de o POCAL impor a média aritmética das receitas cobradas dos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do orçamento, não sendo, assim, possível relevar, em termos previsionais, o crescimento ou diminuição de determinadas receitas, em função de condicionantes externas não vinculadas aos formalismos impostos à gestão pública.

Por outro lado, verifica-se um desvio bastante expressivo na execução da Receita Corrente, nomeadamente nas rubricas:

- “Impostos Indiretos”, num total de 6,0 M€, resultante de débitos liquidados a clientes (PT – Comunicações, Águas de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Duriensegás e Uniteldata), por taxas de ocupação de subsolo e espaço aéreo, nos termos do Regulamento Municipal de Taxas e que, até à data, não foram pagas ao Município.
- Nas Vendas de Bens de Investimento, num total de 7,4 M€;

Estes desvios totalizam 13,4 M€, factos, estes, que originaram uma taxa de execução do lado da Receita de 57%.

É evidente que na elaboração do orçamento de 2013, teve que se considerar a dívida de curto prazo reportada a 31/12/2012 em 21 M€, e que teria de ser orçamentada, o que implicou que do lado da receita haveria que potenciar a mesma, essencialmente por via de venda de património e de faturação das taxas de subsolo, verbas, essas, que totalizam 13,4 M€.

Conforme se pode verificar nos anos de 2011 e 2012 há uma estabilização das receitas gerais na ordem dos 30 milhões de euros, e que no ano de 2013 a receita ascendeu a 37 Milhões de euros, independentemente do decréscimo que tem havido das transferências do estado, mas que tem sido recuperadas em função da transferência de fundos comunitários.

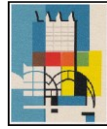
A estrutura da receita em 2013 foi de 23 milhões de euros nas correntes e 14 milhões de euros nas receitas de capital. A estrutura da Despesa em 2013 foi de 22 milhões de euros em despesas correntes e 14.5 milhões de euros em despesas de capital.

É de referir que no ano de 2013 foram efetuadas transferências de capital para as juntas de Freguesias no valor de 535.757€, ao abrigo de protocolos de transferência de competências.

O nível de execução nos diversos objetivos, representa 34% nas Funções Gerais, 36% nas funções Sociais e 50% nas Funções Económicas.

As GOP'S do ano de 2013 atingiram, em termos anuais, uma execução de 39,73%, superior em 12,35% face ao exercício anterior.

O Relatório de Gestão diz respeito às atividades do Município e estão descritas



pelas respetivas rúbricas, das quais destaco algumas situações:

- A Câmara durante o ano de 2013 executou obras e outras que estão em curso no valor de 26 milhões de euros que estão discriminadas no respetivo quadro exemplificativo, e que esperamos concluir em 2014.
- Há um apoio reforçado à inclusão social e à educação, conforme identificado nos respetivos relatórios, e que no ano de 2013, na educação, o município tem um deficit de 600.000 €.
- Os resultados das contas estão apresentados e fundamentados, com as respetivas demonstrações. Há um resultado negativo do exercício, de 7,1 milhões de euros, resultado este explicado essencialmente por:
 - Um acréscimo em 2013 relativamente a 2012 da conta custos extraordinários no valor de 5.9 milhões de Euros, resultante de 3.7 milhões de euros do processo de expropriações litigiosas no quadro do programa Polis e 1.2 milhões de euros de custos com o pessoal derivado à reposição a que se refere a lei nº 39/2013 de 21 de Junho;
 - Um acréscimo na conta Provisões do exercício no ano de 2013 relativamente a 2012 em cerca de 1.1 milhões de Euros.
 - Um acréscimo na conta de Amortizações do Exercício no ano de 2013 relativamente a 2012 em cerca de 1 M€, resultante do aumento do Investimento.
 - Há uma diminuição dos Proveitos em 2013 relativamente a 2012 no montante de 2 M€, que se deveu essencialmente ao fato de no ano de 2012 estarem registados proveitos relacionados com taxas de ocupação do domínio público num valor superior a 4.5 milhões de euros, sendo que no ano de 2013 se encontra refletido apenas 145,6 milhares de Euros (faturação à Duriensegás SA).
 - Em termos Patrimoniais, o montante do Imobilizado Líquido do Município com referência a 31/12/2013 ascende a 149 milhões de Euros, representando uma um acréscimo de 6.3 milhões de Euros face a 31/12/2012.
 - Na conta de Dívidas de Terceiros (Clientes), em 31/12/2013 o saldo ascendia a 7.7 milhões de euros, mantendo-se praticamente inalterada relativamente a 2012, o que revela a dificuldade do município em cobrar estas verbas.
 - Os Fundos próprios em 31/12/2013 ascendiam a 69 milhões de euros, inferiores em 0,6 milhares de euros face ao período homólogo do exercício anterior. Este decréscimo resulta das seguintes componentes:
 - *Aumento de 2.9 milhões de euros nos ajustamentos de capital, resultado de operações de Investimentos Financeiros;*
 - *Os resultados transitados melhoraram significativamente; passaram de 7,5 milhões de euros negativos para 150 mil euros negativos em 2013.*
 - *Pela negativa destaca-se o forte decréscimo no resultado líquido do exercício; passou de positivo no ano anterior de 3.1 milhões de euros para negativo de 7,7 milhões de euros.*
 - Da análise do Passivo, nomeadamente Dívidas a Terceiros de médio e longo prazo e de curto Prazo podem constatar o seguinte:

Rúbricas	2013	2012	2013/2012
----------	------	------	-----------



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 03/2014

Emp. De M. L. Prazo	19.014.605€	14.056.643€	35%
Fornecedores c/corr.	7.370.097€	5.373.670€	37%
Fornecedores Imobi.	277.884€	371.955€	-25%
Total Div. A Terc. MLP	26.662.587€	19.802.268€	34%
Fornecedores c/corr.	10.727.745€	12.852.337€	-16%
Fornecedores Imobi.	3.174.413€	6.742.948€	-53%
Administração Pub.	432.423€	527.673€	-18%
Outros Credores	4.122.296€	141.424€	340%
Total Div. A Terc. Curto Prazo	18.024.454€	20.264.382€	-11%
Total da Dívida a Terc. MLP e CP	44.687.041€	40.066.650€	11.5%

As dívidas a Terceiros de médio e Longo prazo no ano de 2013 tiveram um aumento de 34% relativamente a 2012, provocado por duas situações, que são:

- Inclusão nos empréstimos de MLP do PAEL (7.8 M€);
- Nos Fornecedores conta corrente houve um aumento de cerca de 2 milhões de euros por se ter celebrado um acordo de pagamento da dívida de curto prazo à RESINORTE.

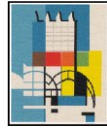
As Dívidas a Terceiros de curto prazo no ano de 2013 diminuíram relativamente a 2012 em 11%, devido a:

- Diminuição de Fornecedores conta corrente em cerca de 2 milhões de Euros, pelo facto da celebração do acordo com a RESINORTE, que reestruturou esta dívida de curto prazo em MLP;
- Diminuição em cerca de 3.6 milhões de Euros na conta de Fornecedores de Imobilizado, pelo facto do PAEL ter permitido pagar a estes fornecedores, que por contrapartida tem reflexos positivos na dívida a terceiros de MLP, nomeadamente nos empréstimos de médio e longo prazo;
- Há a referir igualmente que na rubrica outros credores, houve um acréscimo de cerca 4,1 milhões de euros, referente essencialmente à dívida ao Tesouro resultante das expropriações do Polis (3.7 M€);

Em termos globais, as dívidas a terceiros de MLP e CP, totalizam 44.687.041€, tendo um acréscimo de cerca de 4,6 milhões de Euros relativamente a 2012, que representou um aumento de 11.5%.

Se analisarmos a estrutura da dívida de curto prazo relativamente a Fornecedores de Conta Corrente, podemos constatar que o peso da dívida aos sistemas multimunicipais (ATMAD e RESINORTE), representa 81% do total da dívida de curto prazo que se cifra em 7,75 M€, facto este que demonstra a incapacidade do Município em recuperar os sucessivos deficits nestes sistemas.

É de referir que de 2011 a 2013 o deficit de exploração no sector de águas, saneamento e resíduos foi de cerca de 4,3 milhões de Euros, conforme quadro



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 03/2014

abaixo:

Ano	Água	Saneamento	Resíduos	Deficit Anual
2010				
2011	-318.807€	-837.446€	-404.303€	1.560.556€
2012	-353.567€	-723.035€	-147.897€	1.224.499€
2013	-234.523€	-1.187.454€	-30.972€	-1452.949€
Deficit Acumulado	-906.897€	-2.747.935€	-583.172€	-4.238.004€

É importante verificar que em 2013 se mantêm proveitos diferidos, que compreendem as receitas ocorridas no exercício ou em exercícios anteriores, cujos proveitos devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, na ordem dos 38,5 milhões de euros, em função de acordos e na obtenção de fundos comunitários.

Em termos de análise política esta Assembleia é consciente de que os condicionalismos ao Poder Local tiveram início em 2002, havendo a partir desse ano um decréscimo sucessivo de transferências do Orçamento do Estado.

Ao longo do ciclo referido foi feita uma gestão para servir as pessoas. Tínhamos duas opções, ou geríamos para os resultados e terminavam as dívidas, ou geríamos para as pessoas, dando prioridade ao investimento e a áreas como a educação, resultando necessariamente dívida. Optamos por servir as pessoas.

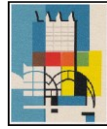
O novo ciclo que se iniciará em 2015 vai obrigar-nos a gerir para os resultados. Assim nos impõe o novo enquadramento legal das autarquias locais. Havemos de ter imaginação, criatividade e inovação, para servir bem os Flavienses e vamos continuar a ter as pessoas como a nossa principal preocupação.

Neste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

NUNO VAZ RIBEIRO do PS - disse que a apresentação do Senhor Presidente da Câmara foi muito técnica.

“Eu não qualificaria este ciclo como virtuoso mas antes como um ciclo despesista. Isto porque o Relatório que nos foi apresentado num total orçamentado de cerca de 320 milhões de euros foram afetados 88 milhões de euros, o que dá 7. 336 mil euros/ano. Se o investimento tivesse sido bem alocado, provavelmente não teríamos a dívida que a seguir teremos oportunidade de falar.

Os sinais da rotura financeira são mais do que evidentes e o primeiro sinal foi o primeiro PAEL. Em 2013 a Autarquia teve de assinar um PAEL de 7. 800 mil euros, o que traduz o reconhecimento da incapacidade de pagar a despesa corrente e temo que no corrente ano, este Executivo tenha de recorrer a um novo empréstimo do estado e que seja necessário um valor muito superior. Há aqui uma incapacidade efetiva de sustentar a despesa corrente e ao transformar despesa corrente (água, saneamento, lixo, iluminação, transportes) que é de consumo imediato e tem de o financiar a catorze anos, estamos certamente a ter uma má gestão. No ano de 2013 a dívida a terceiros aumentou 179 mil euros, mas se lhe juntássemos os 7,8 milhões de euros que foram pagos pelo PAEL, a expressão seria muito maior.



A Dívida de Médio e Longo Prazo subiu 4.958.000€ em 2013 e aqui não está refletida a dívida dos leasings e imobiliários, que estimo seja entre 1.2 a 1.4 milhões de euros. Se a situação orçamental piorou, em termos económicos isso também aconteceu porque o passivo inscrito no Balanço aumento 7.634 mil euros, mas os fundos próprios decresceram 605 mil euros.

Em 2013 a líder da bancada do PS disse nesta Assembleia que a dívida da Autarquia rondava os cinquenta milhões de euros e o então Presidente da Câmara respondeu que isso não correspondia à verdade; no entanto o atual Presidente acabou de confirmar, na sua intervenção, que a dívida do Município ronda os cinquenta e três milhões de euros. A gestão de obras é de um ciclo virtuosos e a dívida também, por isso o Senhor Presidente da Câmara está comprometido com esse ciclo.

Durante anos tivemos orçamentos ilusórios porque fazíamos previsões para cinco e só arrecadávamos três milhões. Se o Orçamento que foi apresentado a esta Assembleia no início, já não era verdadeiro, ainda foi posteriormente chamada a votar uma revisão que passou de cinquenta e oito milhões para sessenta e cinco milhões de euros, colocando a execução na ordem dos trinta e sete milhões de euros, contando com os 7,8 milhões de euros do PAEL. A taxa de execução global é de 56,79%.

Na Despesa corrente foi comprometido o valor de 27.189 mil euros, mas pagos só foram 22 milhões, faltando pagar cerca de 5 milhões de euros. A taxa de execução corrente ronda os 49,24% e gastaram-se 23.508 mil euros mas foram pagos apenas 14 milhões, ficando por pagar cerca de 9 milhões de euros e aqui estamos a falar de investimento.

Em termos de impostos diretos a receita aumentou (só o IMI deve ter ultrapassado os 400 mil euros em 2013) e estes impostos são pagos pelos flavienses. No que respeita à venda de bens de investimento a taxa de execução foi de 0,98%. Previa-se arrecadar 7.443 mil euros e arrecadaram-se 73 mil euros, o que é mau. Também nas transferências de capital a taxa de execução é de 33% e quando se diz que foi recebido grande valor em termos de fundos comunitários, os documentos não o refletem.

Nas GOP, nas Funções Gerais a Autarquia conseguiu executar 34%, nas Funções Sociais 36% e nas Funções Económicas 49,48%, o que significa uma percentagem muito diminuta na execução.

O Senhor Presidente da Câmara referiu uma dívida de cerca de quarenta e quatro milhões de euros que estão refletidos nos documentos. Se fizermos aqui uma análise temos que de médio e longo prazo são 26 milhões; de curto prazo são 19 milhões, mas se acrescentarmos aqui a dívida do MARC, que rondará 3,6 milhões de euros, mais cerca de 8 milhões às Águas de Trás-os-Montes, mais o contencioso que existe sobre as expropriações do POLIS em cerca de dois milhões de euros, mais alguns acordos de pagamentos que possam existir, mais 1,2 milhões de leasings, (reembolso de capital mais juros) chegamos aos sessenta milhões de euros em dívida e não contabilizei alguns contenciosos que possam existir em Tribunal. Eu não acompanho a interpretação que a dívida existente se deve ao deficit tarifário isto porque, em meu entender, existe porque durante muito tempo a Câmara Municipal optou por não pagar a fatura às Águas de Trás-os-Montes e à RESAT/RESINORTE



para financiar obras. É verdade que haverá um deficit tarifário mas isso também resulta da falta do trabalho de casa. Isto porque não se refizeram as redes, não houve fiscalização; quando se diz que temos perdas superiores a 40% na água temos de saber onde estão essas perdas. Se é problema da rede, se é por haver captações ilegais, se é porque há utilização da água da rede em jardins públicos; o que importa é ir buscar a causa.

Estamos hoje aqui confrontados com uns documentos de Prestação de Contas que espelham um aumento muito significativo da dívida da Câmara de Chaves e isso é muito preocupante. Também é preciso refletir o que é que esta dívida representa em termos de juros anuais. Eu estimo que seja à volta dos dois milhões de euros. Temos de adotar o compromisso entre a obra e a boa gestão porque nem toda a obra é boa gestão e um bom exemplo disso é o MARC.

Se vier um novo PAEL provavelmente as exigências do Município serão maiores porque também não está, em meu entender, a cumprir as exigências do PAEL que assinou. Há um esforço muito grande de saneamento financeiro desta autarquia e só assim estará ao serviço dos cidadãos e poderá tomar as decisões mais justas e mais adequadas.

A Bancada do partido Socialista votará contra esta Proposta porque estes documentos são a tradução de que a previsão foi mal feita e que houve uma incapacidade de gestão!”.

FRANCISCO JOSÉ T. LOPES SILVA PRETO do MAI – disse que no essencial partilha daquilo que o Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro acabou de dizer.

“Não considero que a gestão autárquica dos últimos anos tenha sido tão eficaz. Reconheço que foi feita obra mas fazer obra e ter milhões de dívidas, não será muito meritório.

Eu quero passar lá para fora uma imagem de coerência. O MAI fez uma campanha de quatro ou cinco meses, teve cerca de 15% de votos expressos e durante esse período disse que após as eleições iria requerer uma auditoria externa às contas e hoje devemos uma explicação ao nosso eleitorado.

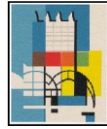
Nós não queremos colocar em causa a honestidade do atual Senhor Presidente da Câmara, nem do anterior; o que queremos colocar em causa é a forma como os dinheiros públicos foram utilizados para tomar opções políticas. Se foram utilizados dinheiros em vésperas de campanha para colher votos, se foram utilizados dinheiros que em vez de servirem para pagar obras, serviram para pagar indemnizações a empreiteiros porque as obras não puderam ser concluídas e já havia contratos. Sei que essa auditoria foi aprovada na Câmara Municipal.

Quero deixar claro ao Senhor Vereador Francisco Melo que não há qualquer acordo entre PSD e MAI, como ele referiu na reunião do Executivo. Entretanto, com o acordo havido com o Senhor Vereador eleito pelo MAI - Senhor João Neves – que só existe enquanto ele voluntária ou involuntariamente exercer o seu mandato o pedido de auditoria não foi aprovado. Mas é bom que não se confunda o MAI, que tem seis elementos eleitos, com uma pessoa que assinou um acordo.

Peço ao Senhor Vereador Francisco Melo do PS que quando se referir a este assunto diga o PSD e o Senhor Vereador João Neves.

Como essa auditoria não terá seguimento, para ser coerentes e para as pessoas que votaram em nós acreditarem que não dizemos uma coisa e fazemos outra não temos outra alternativa que não seja votar contra estas contas.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – cumprimentou os presentes e disse:



“Solicita-se, neste ponto da ordem de trabalhos a aprovação, por parte da Assembleia Municipal, dos documentos da Prestação de Contas relativas ao exercício económico de 2013 e não um ajuste de contas entre o MAI... Essas são outras contas que é sempre bom saber mas que não estão agora em discussão....São contas de outro rosário...

Sobre o a dívida e o que foi ou não dito pelo anterior Presidente da Câmara Municipal, Dr. Joao Batista, e porque já na Assembleia anterior ou melhor na assembleia de fevereiro porque a anterior foi extraordinária, houve a mesma tentativa de distorcer os fatos e aconselha-se a leitura da ata n.º 2 de 26 de abril de 2012, na sua página 22 onde o anterior Presidente da Câmara assumia que a dívida nessa altura era de 40 milhões de euros, bem como na ata de 11 de setembro de 2013 e noutras assembleias municipais. É só consultarem os documentos onde está plasmado o valor da dívida da Autarquia.

É bom lembrar que em 2002 a dívida contratualizada da Câmara Municipal de Chaves era de cerca de 22 milhões de euros, números redondos.

Relativamente às contas relativas ao exercício económico de 2013, antes de mais, uma palavra de apreço aos trabalhadores e serviços municipais envolvidos neste esforço de apresentação dos documentos de Prestação de Contas 2013.

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão dos Municípios, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados – os documentos previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade autárquica.

Estes documentos facultam informação aos cidadãos sobre a atividade desenvolvida pelo Município no ano económico a que se reportam, daí que se imponha uma palavra de felicitação ao Executivo municipal, em geral, e muito em particular ao Sr. Presidente da Câmara Municipal pela forma como as contas são apresentadas.

Apreciar e votar documentos de Prestação de Contas não deve ser uma mera comparação de números, mas antes a apreciação da justeza das opções tomadas por quem gere o município.

Sobre a matéria em causa apraz-nos registar o seguinte:

Na elaboração e conseqüente execução dos Documentos Previsionais, foi manifesta a intenção de assegurar e incrementar a prossecução dos objetivos definidos, indo de encontro à satisfação das necessidades locais, em áreas tão importantes como a Educação, Ação Social, Saúde, Proteção Civil, Atividade Económica em Geral, Habitação, Abastecimento de Água e Saneamento, Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, Cultura, Turismo, Atividades Industriais, Transportes e outras, traduzidas quer em atividades de natureza corrente, quer em investimentos constantes no Plano Plurianual.

As necessidades primárias e de maior interesse social foram inequivocamente assumidas e asseguradas.

Parece-nos relevante realçar alguns aspetos principais, relativamente ao relatório de Gestão apresentado:

Desde logo, sublinhar que as contas apresentadas pelo Executivo, e de acordo com a validação externa e independente dos Revisores Oficiais de Contas, apresentam de



forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Município em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos aceites e previstos no POCAL.

No relatório de gestão estão plasmadas as diversas atividades evidenciando e demonstrando o papel dinamizador e impulsionador que a Autarquia exerce e deve continuar a exercer no seio da comunidade local, tentando ir ao encontro da satisfação das suas necessidades como fácil e indubitavelmente se comprova pelo “Resumo das Atividades e projetos mais significativos resultantes da gestão municipal de 2013, através das divisões municipais”.

De realçar no entanto o investimento que o executivo municipal, realizou durante 2013, iniciando ou terminando um volume considerável de obras no montante de cerca de 26M€

Mas também sublinhar os importantes apoios na **Educação e na Ação Social:**

Na Educação, destacamos o apoio aos alunos nas refeições (cerca de 800 refeições diárias) e nos transportes escolares.

Na Ação Social, sublinhamos atribuição de auxílios económicos (aprox. 27 500 euros) e verbas para expediente e limpeza, (aprox. 31 000 euros), oferta da componente de apoio à família, aos alunos da educação pré – escolar (refeições e prolongamento de horário).

O apoio na Gestão do Parque Escolar: Receção e encaminhamento dos pedidos de intervenção e aquisição de materiais.

O Projeto viver escola/atividades: Oferta e programação de atividades para a educação pré – escolar e 1ºciclo.

A Atribuição de bolsas de estudo aos alunos do ensino superior, (aprox. 31 000 euros).

O Serviço de Psicologia: Apoio psicológico aos agrupamentos verticais do concelho de Chaves.

No **processo orçamental** destacamos, como resultado da execução do orçamento da receita, com uma taxa de execução de 56,79%, superior em 6,08% face ao exercício anterior.

Sublinhar ainda que Receita de Capital traduziu uma subida de cerca de 38,39%, permitindo fazer face às despesas de investimento.

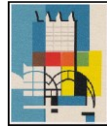
As receitas correntes refletem um acréscimo de 12,88% aumentando a capacidade de financiamento das despesas de funcionamento.

Relativamente ao **Processo Económico-Financeiro**, o Balanço, reportado ao encerramento do exercício económico, reflete a posição financeira e patrimonial do município, apresentando, devidamente agrupados e classificados, os ativos, os passivos e os fundos próprios da autarquia.

Assim destacamos relativamente ao exercício económico do ano anterior (2012):

No **Balanço:**

O **aumento do Ativo Líquido** (de: 154.694.309€ para: 161.723.160€).



Registamos ainda o aspeto extremamente positivo, no que concerne ao Ativo Imobilizado de 2013, do aumento do Imobilizado Bruto (de: 223.829.610€ para: 235.916.240€).

O **índice de liquidez geral** tem vindo a subir consecutivamente nos últimos 3 anos; de 36.68% em 2011, para 55.55% em 2012 e em 2013 é de 57.74%.

A **Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental** evidenciam um total de 36.748.446€ de despesa paga e um total de 37.230.878€ de receita cobrada líquida do exercício. (documento: certificação de contas dos revisores)

Na **Estrutura Orçamental** e face ao resultado global apresentado, verifica-se uma execução coerente entre a receita e a despesa, verificando-se níveis mais satisfatórios na receita e na despesa corrente comparativamente aos resultados na receita e despesa de capital, motivado, em grande parte pela dificuldade de concretização da alienação de alguns bens de investimento, e pela redução de verbas provenientes dos Fundos Municipais, os quais iriam contribuir para o aumento da despesa paga.

Importa ainda referir que houve uma diminuição dos subsídios e transferências para o município, provenientes acima de tudo do orçamento geral do estado.

Quanto à **Execução Orçamental** e relativamente ao exercício anterior, verificamos o seguinte:

Aumento (de 12,88%) quanto às receitas correntes;

Aumento (de 38,39%) quanto às receitas de capital;

Aumento (de 31,94%) quanto às despesas correntes;

Aumento (de 10,41%) quanto às despesas de capital.

Os resultados apontam para uma execução equilibrada, verificando-se que existe um aumento generalizado no orçamento global, confirmando o esforço no desenvolvimento da atividade operacional do município, bem como na manutenção da capacidade de geração de recursos próprios.

Salientar ainda as transferências (de capital) para as Juntas de Freguesias em sede dos protocolos estabelecidos, atingindo o montante pago de 535.757€, bem como as transferências para Instituições sem fins lucrativos com uma execução de 622.812€.

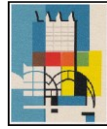
Por fim mas não menos importante, sublinhar que da análise das **Grandes Opções do Plano (com uma execução anual de 39,73%, superior em 12,35%** face ao exercício anterior), referir que o nível de execução nos diversos objetivos/programa totalizou 30,10% nas **Funções Gerais**, 36,13% nas **Funções Sociais**, 49,84% nas **Funções Económicas**.

EM SUMA:

O executivo municipal tem cumprido na íntegra, também no que concerne à legislação em vigor.

A dívida está consolidada e expressa nos documentos que a todos foram entregues e apenas aumentou em função das novas situações exemplarmente explicadas pelo Sr. Presidente da Câmara na sua brilhante intervenção.

Governar é decidir. É fazer opções políticas. É optar por não ter dívida ou optar por ter obra. Por realizar investimento.



Gerir para o bem da pessoa humana, gerir tendo sempre o ser humano como primeiro e último objetivo a atingir, proporcionando-lhe o tão almejado bem-estar económico-social. O bem-estar necessário e suficiente à melhoria contínua da sua qualidade de vida.

Verifica-se, fruto do investimento realizado, que o Município enriqueceu o seu património, prestou serviços de qualidade aos cidadãos e realizou obra significativa, visível, útil e sustentável.

Continua a verificar-se que o Município de Chaves está nos primeiros 20 municípios do País em termos de investimento (cf. Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses). Investimento esse necessário para o bem estar da população flaviense.

Todos os grupos municipais receberam o documento designado por BALANÇO DOS MANDATOS (2002/2005; 2005/2009 e 2009/2013) com realce particular para as obras e investimentos e os recursos próprios da Câmara plasmados nesse documento (88 M€)

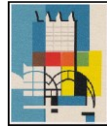
Face ao exposto, entende o grupo municipal do PSD que os documentos apresentados revelam equilíbrio e coerência, e apela para que os mesmos sejam votados favoravelmente, saudando, uma vez mais, o Executivo municipal e o Sr. Presidente da Câmara pelos resultados alcançados”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que o Senhor Presidente da Câmara falou no fim de um ciclo virtuoso.

Eu passei esse ciclo virtuoso todo nesta Assembleia Municipal e quem o iniciou foi o Senhor Dr. João Batista que disse que a centralidade de Trás-os-Montes passaria por Chaves. Doze anos depois vemos que isso não se concretizou.

É evidente que neste período se fizeram obras importantes. Também é evidente que o Plano Estratégico para o Concelho não funcionou, senão não se vivia um ambiente depressivo na cidade, no Concelho e no Alto Tâmega. É certo que uma parte de tudo isto é das políticas nacionais mas chamar a isto um ciclo virtuoso parece-me exagerado.

Sem ofensa a ninguém, da parte do executivo anterior e pelas intervenções que o Presidente da Câmara fez, sucessivamente, não me parece que tenha havido honestidade intelectual e política em relação aos compromissos e às dívidas do Município. Até aqui ninguém explicou porque temos uma dívida de sessenta milhões de euros, com exceção do Partido Socialista, que as questões que tem levantado relativamente à dívida tem tido tradução subsequente no tempo, em relação ao reconhecimento da dívida. Pelas normas do POCAL tudo o que está nos orçamentos, não é para levar a sério, mas a culpa não é da autarquia; é do país e do sistema. Está tudo feito para que se não se consigam fazer leituras concretas das contas. E repito. O problema não é desta autarquia. O problema é global. No concreto sabemos que doze anos depois, e mais uma vez salientando que a culpa não é exclusiva da autarquia ou do executivo camarário, as pessoas estão mais deprimidas, há mais desemprego, mais emigração, a natalidade caiu a pique, as escolas do ensino básico encerraram muito para além do que era legítimo. Os investimentos que deviam ser feitos no chamado tempo das vacas gordas não permitiram estruturar Chaves. Que indústrias existem em Chaves com dimensão? Que ensino superior há em Chaves



com consistência? Lembram-se quantos projetos houve de Escola Superior de Saúde em Chaves? E neste momento arriscamo-nos a ter um elefante branco.

O atual Presidente da Câmara é mais transparente no que diz; o anterior arredondava mais as questões. Era muito difícil que ele reconhecesse um facto e isso contribuiu para descredibilizar a política. Afirmando publicamente que prefiro o estilo deste Presidente da Câmara porque é muito mais frontal nas coisas. Eu também sou assim. Em suma: este ciclo virtuoso não nos levou a lado nenhum. Temos neste momento uma incapacidade de desenvolvimento que é notória e acima disto temos uma imposição do governo que até é do PSD e que, sistematicamente está a encerrar tudo na Região do Alto Tâmega. PS e PSD colocaram o País na situação em que nos encontramos.

O Hospital de Chaves está em risco sério de ver serviços, valências/encerrados. Já discutimos isso muitas vezes e não é por demagogia da CDU. A Universidade nunca se consolidou. A principal acessibilidade - A24 – veio tardiamente e toda a estratégia que planeamos à sua volta falhou e ainda não temos uma acessibilidade como deve ser, ao centro da cidade. Neste momento não se compara a centralidade de Vila Real com Chaves.

Também é necessário dizer que as águas, os lixos, todos esses serviços, são uma das principais causas de endividamento das autarquias a nível nacional e estrangulam financeiramente, a quase totalidade das autarquias do país; foram negócios feitos pelo PS e PSD e agora estamos a pagar a fatura. Isto demonstra ter havido, de ambos os partidos, uma falta de perspetiva para o futuro. A situação do interior do país, em particular desta região, está para piorar muito, se as estratégias dos autarcas para se tentarem opor às políticas do governo não forem modificadas. A 21 de junho há um congresso dos autarcas e é uma oportunidade excelente para se mostrar que pode haver clivagens na sociedade portuguesa; que ultrapassem um pouco os partidos políticos e se perceba que o interior ou faz pela vida ou está condenado a desaparecer. Que se perceba que não há Portugal sem o interior.

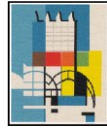
Como atrás disse neste ciclo autárquico houve obras importantes é verdade, caso do Pólis, Biblioteca, Centro Cultural, e outras mas o investimento para o desenvolvimento, nomeadamente indústria, mercado abastecedor foi nulo. No meu entender não podemos dizer que nos endividamos mas temos que em contrapartida temos uma região próspera que vai rumo ao futuro com sucesso. Por tudo isso a CDU vai votar contra esta Proposta.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões colocadas anteriormente.

Peço à Assembleia que fixe o valor de sessenta milhões de euros porque em abril de 2017 vão felicitar-nos por termos diminuído este valor para menos de metade em três anos e nessa altura certamente reconheceram que somos bons gestores porque não custa pagar dívida que não existe.

Vai continuar a haver investimento, vamos continuar a servir as pessoas e vamos baixar a dívida para metade ou ainda menos de metade.

O recurso ao PAEL e o possível recurso ao FAME não é diminuição da dívida. É transferência de dívida de curto prazo para médio e longo prazo. O PAEL 1 não reduziu a dívida, pelo contrário pode aumentá-la, na medida em que há juros a pagar.



Durante este ciclo fizeram-se obras porque houve oportunidade, e isso hoje não existe. As regras da contabilidade das autarquias locais mudaram; os compromissos assumidos em 2014 têm de ser pagos a 60 dias. A dívida de médio e longo prazo subiu 6.8 milhões de euros e não os 7.8 milhões do PAEL, o que significa que se reduziu neste período um milhão de euros de dívida de médio e longo prazo.

O IMI foi aprovado pela Assembleia Municipal pelo valor mínimo, em função de legislação que é aplicada para todo o território nacional. Então se é aplicada a todo o território nacional nós aqui não estamos a onerar os flavienses de uma forma particular. A verdade é que sendo o IMI um imposto que se aplica em todo o País também é verdade que o seu valor varia de acordo com o que cada município aprova. O Senhor deputado Nuno Ribeiro falou do IMI e disse que a Autarquia está a ser despesista o que é injusto. A Câmara no que respeita ao IMI está a aplicar a taxa mínima e até podia aplicar uma taxa superior, mas não faz precisamente porque se preocupa com o “bolso” dos flavienses; sobre o imposto de Circulação a autarquia não tem qualquer poder de decisão porque, como o Senhor sabe, é o governo que define esse imposto e na sua intervenção fica a ideia de que é a Autarquia que está aqui a onerar os cidadãos com esse imposto, o que de facto não é verdade.

Efetivamente pode haver necessidade de irmos a um novo programa de assistência e se assim for fá-lo-emos. Temos de transformar a dívida de curto prazo em dívida de médio e longo prazo porque as taxas de juro que as empresas nos cobram não são suportáveis, além do litígio que temos com elas. Realmente o PAEL poderia e deveria ter ido buscar mais dinheiro mas o problema está na dívida em litígio com as Águas de Trás-os-Montes. Não é reconhecida toda a dívida em função do valor da evolução da tarifa que começou em 048€ e já está em 0,69€. Esta evolução foi sempre decidida de uma forma unilateral pela Empresa das Águas de Portugal, que é a maior acionista. Como detém 51% do capital social impôs aos municípios os seus valores. Isso é realmente um problema de Chaves mas é também um problema do país. Os sistemas multimunicipais estão de uma forma tal que prejudicam os municípios e muito em particular os do interior. Nós produzimos na nossa Região energia elétrica em excesso que é vendida no território nacional a um preço igual e no que toca à água o litoral deveria ser solidário com o interior mas não o é. Sei que os municípios da área metropolitana do Porto estão contra a criação das Águas do Norte, que nos poderiam fornecer a água a 50 cêntimos o m³. O valor da água evoluiu desta forma porque houve muitos municípios que assinaram o acordo para entrar no sistema multimunicipal, mas não são consumidores de água e como o volume fornecido não é o expectável, levou a essa situação, o que não é justo. Está a ser onerado quem está a consumir porque outros assinaram mas não consomem.

O senhor vereador Francisco Preto referiu a inspeção às contas. Foi aprovada em reunião de câmara o caderno de encargos mas muito provavelmente não será aprovada a realização da inspeção, porque as contas são absolutamente transparentes e também porque está prevista uma inspeção da Direção Geral de Finanças e se alguma coisa não estiver correta será verificada nessa altura e reportada no Relatório.

O Senhor deputado Manuel Cunha falou em honestidade intelectual. Na ata desta Assembleia Municipal realizada em abril de 2012, no ponto respeitante à Prestação



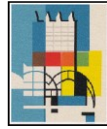
de Contas, o Senhor Dr. João Batista disse que o valor da dívida era de quarenta milhões de uros. Isto significa que ninguém estava a esconder o valor do passivo, conforme o Senhor referiu e pergunto-lhe: se não tivesse sido feito o investimento que foi feito e em vez disso tivesse sido paga a dívida – o tais sistemas incomportáveis de água e resíduos – será que, apesar de tudo, não estaríamos pior? Em Chaves, ao longo dos sucessivos anos, todos os executivos municipais tiveram de lutar contra as centralidades. A UTAD não investiu em Chaves por falta de dinheiro. Pelo contrário. Teve sempre muito dinheiro para gastar, enquanto houve muito dinheiro para gastar. Hoje o tempo é de aperto para todos, mas quando a UTAD teve dinheiro gastou-o todo em Vila Real. Chaves foi muitas vezes utilizado como arma de arremesso. «Vamos fechar para obrigar o Senhor Presidente da Câmara de Chaves a ir a Lisboa falar com os Senhores Ministros e eles a título de manter um curso ou dois em Chaves» enviavam mais dinheiro. Assim vinha mais um cheque para gastar em Vila Real. Foi assim sempre. A Câmara de Chaves na gestão do Senhor Dr. Alexandre Chaves e Dr. Altamiro Claro pagou um projeto para que fossem aqui construídas instalações definitivas e ofereceu a Quinta dos Montalvões à UTAD para essas instalações. A UTAD lançou um concurso que logo em seguida anulou e depois gastou o dinheiro que, eventualmente havia disponível, em Vila Real. Veja-se o que era o Campus Universitário da UTAD há vinte em Vila Real e aquilo que é hoje. E até se pode verificar isso na qualidade da arquitetura dos edifícios atuais em relação aos primeiros ali edificadas. A UTAD nunca se consolidou em Chaves por falta de vontade da reitoria. A verdade é que as autarquias da preferia têm de exercer sempre um poder reivindicativo junto do governo muito superior aos das capitais de distrito. Costumo dizer que os Presidentes das Câmaras das capitais de Distrito não precisam de ser muito competentes, só precisam de ser bem educados, porque o resto o governo faz. Não é por mérito do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real que têm a UTAD, que estão a reforçar o Hospital. Tem a ver com as políticas centralizadoras dos governos centrais, ao longo dos anos. Reforço que se não tivéssemos apostado nas pessoas e feito este investimento e não tivéssemos apostado nas pessoas, muito provavelmente, estaríamos hoje pior.

O **SENHOR DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO** do PS – usou novamente da palavra para dizer que foi feita recentemente uma Assembleia extraordinária onde se falou na saúde. Neste ponto estamos a discutir a Prestação de Contas e são coisas diferentes.

Se a auditoria financeira tivesse sido feita, numa lógica pedagógica, muito provavelmente algumas das questões que estamos aqui a falar, designadamente o facto de os documentos referirem uma dívida de 24 milhões de euros e o Senhor Presidente já reconhecer sessenta, perceberíamos o que correu mal. Em 2002 o PSD aprovou uma auditoria financeira em pouco tempo e não entendo como é que agora demora tanto tempo a aprovar o caderno de encargos.

As auditorias da Inspeção Geral de Finanças não têm o âmbito das auditorias financeiras externas porque são muito circunscritas. Focam aspetos como “compromissos, dívida” e pouco mais; uma não substitui a outra.

Com a entrada em vigor da Lei 73/2013, Lei das Finanças locais obriga os municípios a acabar com os orçamentos empolados porque a taxa de execução nos próximos



orçamentos tem de ser de 85%. Durante muito tempo foi dito neste Assembleia Municipal que a capacidade de endividamento, de médio e longo prazo, da Autarquia e Chaves era de vinte milhões de euros, aguardamos saber qual é a atual.

O Senhor deputado Nelson Montalvão disse que a receita de capital aumentou, mas não se esqueça do PAEL, porque o empréstimo também é contabilizado.

Também não é certo que de 2012 para 2013 tenha havido um decréscimo substancial das transferências do OGE; essa diferença foi de 0.04%. Os Revisores Oficiais de Contas certificam as contas que lhe são apresentadas, mas não foram referidas as reservas que eles expressam relativamente a esta certificação.

Quando referi o IMI eu sei perfeitamente que os intervalos do valor das taxas são fixados pelo CIMI. O que eu quis dizer é que a receita proveniente do IMI foi de cerca de quatrocentos mil euros e ainda assim a dívida sobe. A Autarquia podia propor ao Ministério das Finanças a revisão de alguns coeficientes de localização e isso sim teria um impacto direto no valor patrimonial dos respetivos edifícios.

Relativamente ao governo da nação achamos que cento e pouco por cento de dívida é muito, relativamente à Câmara está tudo controlado, está tudo bem, a dívida não preocupa. Nós defendemos que o governo é centralista relativamente a Chaves, mas nós também não somos centralistas relativamente às freguesias quando não se lhe transfere dinheiro que “se veja”?

O anterior Presidente da Câmara disse em 4 de janeiro de 2013 que a líder do PS tinha falta de credibilidade porque dizia que a dívida da Câmara era de cinquenta milhões de euros; hoje vemos aqui quem tinha falta de credibilidade.

O Senhor deputado Nelson Montalvão referiu o Anuário Financeira de 2012, mas mencionou apenas um exemplo positivo; não referiu os outros quinze negativos.

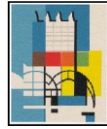
Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 56 votos a favor, 1 abstenção (de Presidente Junta de Freguesa de Lamadarcos) e 18 votos contra (6 da CDU e 11 do PS e um da CDU). Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O SENHOR DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS –

PONTO 7- PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO. 1º TRIMESTRE DE 2014. INFORMAÇÃO Nº 14/DGF/2014.

DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que o PAEL foi assinado na sequência de uma proposta que foi subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao compromisso assumido pelo município, quer na componente da despesa, quer na da receita. Por esse facto o município obrigou-se a maximizar receitas, taxas, a vender património, a arrecadar rendas e também a reduzir a despesa corrente e a despesa de capital. Há um incumprimento muito significativo dos compromissos assumidos e gostava de ser informado dos aspetos que motivam desse incumprimento, nomeadamente na receita das taxas, na venda de imóveis, nas rendas de vários edifícios e na diminuição da despesa de capital.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu ao senhor deputado que o Relatório vem a esta Assembleia Municipal para conhecimento e é enviado a quem de direito para fazerem a avaliação.



De acordo com o PAEL a obrigação da Autarquia é tentar vender o património e isso tem sido feito. Tem sido colocado património à venda pela via da hasta pública. Se os concursos ficam desertos a Câmara não tem solução e também não pode estar a desbaratar o seu património. Não estrarmos em incumprimento; a entidade nacional que vai analisar este Relatório é que se irá pronunciar.

DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS – pediu novamente a palavra para apresentar um documento subscrito pelo anterior Presidente da Câmara, de novembro de 2012, que discriminava sucintamente os impactos da medida do Plano nos vários aspetos, a saber: revisão do plano tarifário do saneamento, procedendo-se ao aumento da arrecadação da receita; otimização das taxas cobradas pela constituição e reforço do núcleo de fiscalização da estrutura orgânica; rendimento dos seguintes imóveis: Cineteatro, Casa Mortuária, Mercado Abastecedor da Região de Chaves e Parque Empresarial; pergunto nestes casos o que é que foi cumprido? Início da arrecadação do imposto proveniente do Imposto Municipal de Derrama lançado em 2011. Como é que estamos neste capítulo? Sobre a alienação dos terrenos o Senhor Presidente já explicou. Diminuição progressiva de despesa com pessoal e aquisição de serviços, na sequência da estabilização da estrutura orgânica municipal e da revisão dos contratos de fornecimento de bens e serviços; manutenção das estações elevatórias e tratamento de águas residuais, isto não sei se já foi feito. Gostaríamos de saber porque é que estes compromissos não foram cumpridos.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu ao senhor deputado dizendo que as regras do PAEL estão basicamente a ser cumpridas.

Estamos a diminuir as despesas correntes ao nível da abertura de novos concursos nos serviços de telecomunicações, internet e outras situações; estamos a diminuir as despesas com pessoal, nomeadamente com horas extraordinárias e não aumentamos o número de pessoas; estamos a ajustar a tarifa do saneamento que estava um pouco desequilibrada.

Mas estamos perante um dilema: se aumentássemos as taxas para arrecadar mais receita teríamos aqui pessoas a dizer que estamos a entrar no bolso dos flavienses, aumentando as taxas para pagar a dívida. Por outro lado não aumentando as taxas, não arrecadamos receitas, somos acusados de não cumprir o PAEL.

DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS – pediu a palavra para direito de resposta. Dizendo que leu um documento assinado pelo anterior Presidente da Câmara.

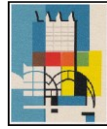
“Não fomos nós que propusemos o aumento das taxas” o que eu li foi um compromisso do Senhor Presidente da Câmara anterior.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu ao senhor deputado dizendo que também assume aqui o compromisso de tentar cumprir o PAEL sem ter de sacrificar os flavienses.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 8 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 51/GAP/2014

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA fez a apresentação da proposta.



Conforme consta do programa eleitoral e do meu discurso de tomada de posse, defendemos o exercício ativo de cidadania e defendemos uma gestão participada; queremos o envolvimento dos cidadãos na definição e implicação de uma parte do orçamento municipal. Queremos que o próximo Plano e Orçamento seja fruto de um trabalho participado e reflita as verdadeiras e sentidas prioridades dos cidadãos. Isto, na medida do possível, e em função de todos os constrangimentos que hoje aqui foram expressos. Não podemos dizer por um lado que a dívida é cinquenta milhões de euros e por outro lado exigir-se que se pague e se façam obras.

Temos promovido reuniões para ouvir as instituições, debatendo e trocando ideias, traçando objetivos, hierarquizando prioridades, tendo sempre em conta os recursos disponíveis. O orçamento participativo tem como objetivo promover a intervenção informada ativa e responsável dos cidadãos e das organizações na decisão sobre a afetação de recursos às políticas públicas municipais.

Terminou pedindo à Assembleia Municipal a aprovação do Regulamento.

DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS – pediu a palavra para dizer que também o Partido Socialista na sua candidatura às eleições autárquias, fez uma proposta no sentido de permitir que os cidadãos participassem na definição do respetivo orçamento – o chamado Orçamento Participativo - e por isso não podemos deixar de estar de acordo com este instrumento.

Permitimo-nos fazer algumas sugestões: Eu sei bem que a aprovação de um documento da natureza deste Regulamento não é obrigatória a prévia discussão pública. Mas se queremos comprometer os cidadãos, se queremos que os cidadãos se identifiquem com as nossas propostas, se queremos que eles ajudem a pensar e a afetar uma porção do orçamento municipal, não faria algum sentido que este Regulamento fosse sujeito a discussão pública? Isto para que as pessoas pudessem dar alguns contributos/sugestões sobre o texto. Atrasavam-se trinta dias. Este Regulamento só vai ser usado para as Grandes Opções do Plano para 2015 e também porque se trata de um documento um pouco denso, muito formalizado e algo complexo. Com o contributo de todos seria possível obter um Regulamento mais simples, mais prático, mais pragmático com o qual toda a gente se identifique.

Seja qual for a decisão a bancada do PS vai votar favoravelmente esta proposta.

MÁRCIA CRISTINA DE JESUS TEIXEIRA do PSD – O Grupo Municipal do PSD relativamente ao ponto em análise, disse o seguinte:

É sobejamente sabida a descrença e o afastamento dos cidadãos da vida política, e portanto pública, de um modo geral.

Não valerá a pena elencar os circunstancialismos que levaram a este estado, mas antes tentar encontrar mecanismos que contrariem e revertam esta situação.

Desta forma a Autarquia Flaviense, através da figura do Orçamento Participativo, cuja proposta de regulamento nos é aqui trazida para aprovação, pretende promover a intervenção ativa, responsável e informada de todos quantos entendam e desejem dar o seu contributo para o desenvolvimento do Concelho.

Contributo esse que poderá ser dado por cada um de nós de forma individualizada, mas também através das mais diversas organizações da sociedade civil onde possamos estar integrados.



O Orçamento participativo é, assim, um processo de participação dos cidadãos na tomada de decisão sobre os investimentos públicos municipais.

Todos vamos poder dar parecer sobre a afetação de determinados recursos às políticas públicas municipais, pois cada um, na sua área de intervenção, no seu trabalho, nos diversos grupos que integra, sejam culturais, recreativos ou desportivos, onde adquire um conhecimento profundo sobre as necessidades que aí subsistem, pode contribuir, com maior conhecimento de causa para o desenvolvimento da sua terra e assim beneficiar todos.

Pretende-se adequar as políticas públicas municipais às necessidades das pessoas para melhorar a sua qualidade de vida, é esta a principal preocupação do executivo Municipal liderado pelo PSD.

Percebemos, mormente pelo péssimo exemplo que nos vem do Governo e da Assembleia da República, que definir políticas sem conhecer o território e sem saber das verdadeiras necessidades de cada um, não fazendo jus ao princípio da igualdade, isto é, tratando de forma igual o que é igual mas de forma diferenciada o que é efetivamente diferente, poderá levar a resultados verdadeiramente catastróficos.

Pretende-se igualmente, como sempre foi apanágio desta Câmara Municipal o reforço dos mecanismos de transparência e de credibilidade da administração autárquica.

Foi esta uma promessa eleitoral do PSD e que será cumprida logo no início do seu mandato autárquico, o incentivo a uma maior participação pública, a uma intervenção direta de cada um de nós nos destinos do nosso Concelho, uma vez que o âmbito deste Orçamento Participativo é o território do concelho de Chaves e abrange todas as áreas de competência da Câmara Municipal.

Competindo à Autarquia a sua elaboração e a esta Assembleia a sua aprovação, o grupo municipal do PSD louva esta iniciativa aprovando-a de forma inequívoca.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, respondeu dizendo que em Portugal temos uma democracia representativa e não referendária. E espera-se que os representantes tenham capacidade de analisar e de decidir sem ter de estar sempre a ouvir o povo. Se algum dia alguém se lembrasse de referendar a Constituição da República poderia ter grandes surpresas.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 9 – AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE EXECUÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS. PROPOSTA

O **SENHOR PRESIDENTE** disse que decorre da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro a execução de acordos com as Juntas de Freguesia. Compete à Câmara Municipal preparar esses acordos de execução, no exercício das competências que lhe forem delegadas, ao abrigo do disposto no artº. 132 da mencionada Lei.

É convicção do Município que a União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras, garante uma prestação de serviços de qualidade à sua



população através de uma otimização racional de recursos que para tal são disponibilizados.

O presente pedido de autorização não onera o orçamento municipal e aproximará o centro de decisão das competências delegadas, dos cidadãos. Este acordo de execução vem nesta fase à Assembleia Municipal, porque depois dos contactos havidos com as demais freguesias, só Vidago manifestou vontade de aceitação de delegação de competências, desta forma. Se houver outras freguesias que estejam interessadas e desde que não venham a onerar o orçamento municipal, serão também assinados acordos de delegações de competências com elas.

Intervenções:

PRSDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VIDAGO – Rui Manuel Branco Rodrigues – disse que este acordo de delegação de competências, embora não exista formalmente, na prática já existe.

Todos os funcionários indicados são pessoas que trabalham e vivem em Vidago, e a carrinha já está ao serviço da Vila há muitos anos.

A situação que altera tem a ver sobretudo com a aquisição de materias para a gestão dos espaços verdes, limpeza das ruas, desgaste das máquinas, aquisição de combustível. Em compensação a Junta de Freguesia passa a cobrar a receita proveniente das bancas e lojas do mercado. Fazendo um balanço este acordo aportará à Junta de Freguesia um déficite que rondará os cinco mil e poucos euros/ano.

O objetivo principal deste acordo de colaboração é conseguir uma otimização dos recursos prestando serviços à população de melhor qualidade.

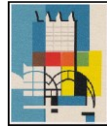
Além das pessoas mencionadas temos a aprovação de duas pessoas que estão a usufruir do fundo de desemprego que nos permitirá uma maior intervenção, tanto mais que a freguesia é agora muito maior.

Ralativamente à suspensão do PDM para Vidago, anteriormente discutido, é para a requalificação do Hotel Avenida mas também para mais dois grandes investimentos que terão início muito em breve na Vila de Vidago. Isto significa que há procura, que o investimento público que está a ser feito em Vidago, à volta de dois milhões de euros nas avenidade e perto de três milhões nos balneários, o irá fazer desta Vila um excelente destino. Nós não queremos que seja apenas Vidago; há semelhança do Alentejo, que está a fazer um trabalho extraordinário na área do turismo, nós temos condições iguais ou melhores para fazer do Alto Tâmega um destino de excelência.

ANSELMO JOSÉ MARINS do PS – disse que este é um assunto que lhe interessa discutir.

“Quando falamos de transferência de competências temos de ver a génese que lhe está associada. Recordo que a entidade que mais se bateu pela transferência de competências no País foi a ANAFRE, da qual fiz parte como membro do Conselho Geral, durante oito anos. Neste momento há uma enorme sensibilidade para a Associação de Freguesias e eu apelo aos Senhores Presidentes de Junta para que não enfraqueçam a ANAFRE pois tudo aquilo que as freguesias hoje têm, resultou da pressão e do trabalho desta Associação.

Durante oito anos foram presidentes da ANAFRE oriundos do Partido Social Democrata – o Dr Sapinho e o Marçal Pina – e nunca houve problemas de união e,



na época, combatemos contra dois governos; contra o Governo do Senhor Professor Cavaco Silva e contra o Governo do Senhor Engenheiro Guterres. Nunca se colocou o problema partidário; a ANAFRE sempre se bateu pelo reforço dos poderes das Juntas de Freguesia e foi ela que conseguiu o regime de permanência que ainda hoje vigora. Foi a ANAFRE que conseguiu a garantia da transferência dos recursos para a gratificação de todos os elementos e foi também esta Associação que se bateu pelo regime de transferência de competências das Câmaras para as Juntas de Freguesia. Tenho a ideia que se está a passar por um processo que pode ser interessante para as freguesias, no presente, mas pode ser muito mau futuro.

Em relação à proposta em análise estou plenamente de acordo com ela; quanto mais aproximarmos o poder do cidadão, melhor este será servido.

Quanto aos oito assistentes operacionais, a freguesia agora, com esta dimensão, até precisará de mais. Tenho alguma reserva quanto aos dois assistentes administrativos, dado que a receita previsível é de dez mil euros/ano e a despesa é de igual valor. Dividido por doze dá oitocentos euros/mês e por dia útil dá quarenta euros/dia. No entanto não vou opor-me a isto.

O Senhor Presidente da Junta já referiu que prevê uma receita inferior à despesa mas esperamos que se precavenha e reuna os recursos que lhe permitam executar as competências que acaba de assumir.

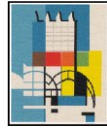
O Senhor Presidente da Câmara já disse que está disposto a assinar acordos com outras freguesias e eu pergunto: Se outras freguesias não quiserem assistentes administrativos mas sim assistentes operacionais que são pagos pela Câmara, o Senhor Presidente está disposto a assinar acordos de execução?"

NUNO VAZ RIBEIRO do PS - disse que este não é um Acordo de Delegação de Competências, porque a Delegação de Competências resulta da Lei. O que é preciso é dar-lhe condições para poderem ser executadas e daí se chamarem Contratos de Execução.

Estes contratos de Competências cuja delegação resulta do n.º 1 do art.º 132 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que enumera as matérias consideradas delegadas. O art.º 133 da mesma lei diz as Câmaras e as Juntas de Freguesia têm prazo de 180 dias, para celebrar os contratos, mas se isso não acontecer quem tem de assegurar a execução dessas competências é a Câmara Municipal.

Para que sejam as Juntas a assegurar essas competências devem celebrar acordos de execução que prevejam expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros. No meu entender o que a autarquia tem de fazer é dar condições às freguesias para que elas possam executar estas competências que lhe foram delegadas pela lei.

A bancada do PS concorda com este Contrato de Execução. Sugerimos que este processo se estenda a todas as freguesias do concelho, pelo princípio da descentralização e da coesão territorial e social. Se as competências puderem ser exercidas o mais próximo dos cidadãos é aí que elas devem radicar. Aliás as freguesias já prestam esses serviços sem qualquer contrapartida, mas por uma questão de equidade e de justiça, apelo ao Senhor de que defina critérios e que encontra soluções para cada uma das freguesias no sentido de as apoiar, à medida



das suas necessidades mais urgentes e que durante o ano de 2014 todas as freguesias tenham contratos de execução.

Hoje as freguesias têm muitas responsabilidades, desde a gestão dos parques infantis, a conservação dos abrigos para passageiros, limpeza de balneários e lavadouros, colocar e manter as placas de toponímia a outras e não têm recursos financeiros que lhe permitam dar resposta. Era importante que a autarquia olhasse para esta realidade e dentro das possibilidades transferisse verbas para cada uma das freguesias do concelho.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 10 – LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2013. INFORMAÇÃO N.º 05/SC/2014

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da presente Informação.

PONTO 11 – FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM REGIME DE MERCADO LIVRE PARA PORTUGAL CONTINENTAL, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 259º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, CELEBRADO ENTRE A ENTIDADE DOS SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ENTIDADES FORNECEDORAS SELECIONADAS. INFORMAÇÃO DGF/2014

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que esta Proposta vem, a este Órgão para aprovação prévia, conforme decorre da lei para poderemos assumir o compromisso plurianual de energia elétrica em baixa tensão especial e em média tensão. Como esta despesa tem efeitos em mais de um ano, nos termos da lei, tem de ter a devida autorização prévia da Assembleia Municipal.

Terminou solicitando a aprovação da proposta.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 12 - MOÇÃO EM DEFESA DOS DOENTES ONCOLÓGICOS

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA informou que oportunamente foi distribuída a todos os senhores deputados uma “Moção” emanada da Câmara Municipal de Elvas que se refere ao apoio de doentes oncológicos.

Não houve intervenções

A Moção foi aprovada por unanimidade. *Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

O Senhor Presidente da Mesa, depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda, deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 03/2014

por mim, Maria das Graças Alves,
assino.

que a redigi e também

O Presidente, _____

A Funcionária _____